
CARLOS IRAN

O FUTURO É GLORIOSO

Plano de propostas para o Rio Grande do Sul

Legislatura de 2027 a 2030

14333

CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL

Rio Grande do Sul

ANTES DE TUDO

POR QUE ESTE PLANO EXISTE

Eu tenho vinte e quatro anos e faço parte da estatística que quero mudar. Saí do Rio Grande do Sul para estudar, vi de perto a mesma cena repetida por gente da minha idade em Passo Fundo, em Lajeado, em Caxias, em Pelotas, e voltei convencido de uma coisa simples. O estado não parou por falta de gente boa. Parou porque ficou caro produzir aqui, difícil crescer aqui e pouco atrativo ficar aqui.

Este documento nasceu de leitura, de conversa com quem produz e de números que qualquer pessoa pode conferir. Cada proposta traz o desenho de como se faz, de onde sai o recurso e como a gente confere se saiu do papel. Onde ainda falta uma dessas três peças, o texto avisa que ali é estudo e não promessa fechada.

Um deputado estadual não governa. Ele escreve lei, fiscaliza o governo, destina emenda e articula com prefeitura, bancada federal e setor produtivo. Tudo o que está aqui cabe dentro desse tamanho, e por isso pode ser cobrado.

O compromisso que abre o mandato. Publicar em janeiro de cada ano a lista do que foi protocolado, das emendas destinadas com valor e destino, das fiscalizações feitas e do resultado de cada uma, inclusive o que não avançou e a razão disso.

AS TRÊS APOSTAS DO PLANO

01

COMPETITIVIDADE

Baixar o custo de produzir no Rio Grande. Tributação simples, licenciamento com prazo, estrada que aguenta caminhão e energia previsível.

02

PRODUTIVIDADE

Ter empresa não basta. Ela precisa produzir mais por trabalhador, com qualificação casada com a demanda de cada região e valor agregado dentro do estado.

03

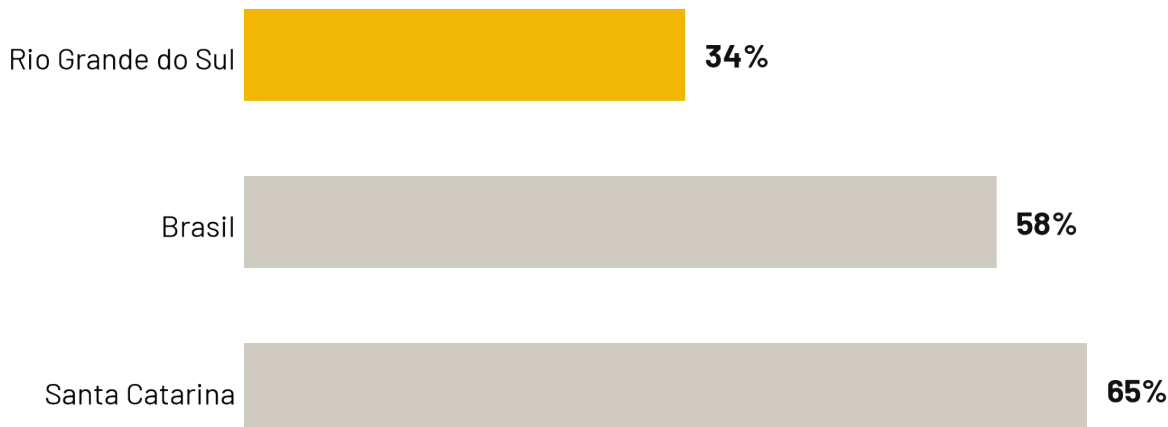
CAPACIDADE DE INVESTIR

Conta pública equilibrada é o que permite saúde, segurança, escola e obra de contenção de cheia sem depender de emenda avulsa e crédito de emergência.

DIAGNÓSTICO EM NÚMEROS

O RETRATO QUE MOVE A CANDIDATURA

Vinte anos de crescimento comparado. O Rio Grande do Sul ficou para trás do país inteiro e ficou muito atrás do vizinho que disputa a mesma indústria.



Crescimento acumulado do PIB em vinte anos. Fonte IFEP-RS e FECOMÉRCIO-RS, 2026.

A conta demográfica é o dado mais duro. Para cada cem jovens de até quatorze anos há cento e quinze pessoas com sessenta anos ou mais, a razão mais adversa do país.



Razão de dependência no Rio Grande do Sul. Fonte IBGE, Censo 2022.

77,8 mil

Saldo migratório negativo entre 2017 e 2022

63,5%

Dos que saíram foram para Santa Catarina

25 a 34

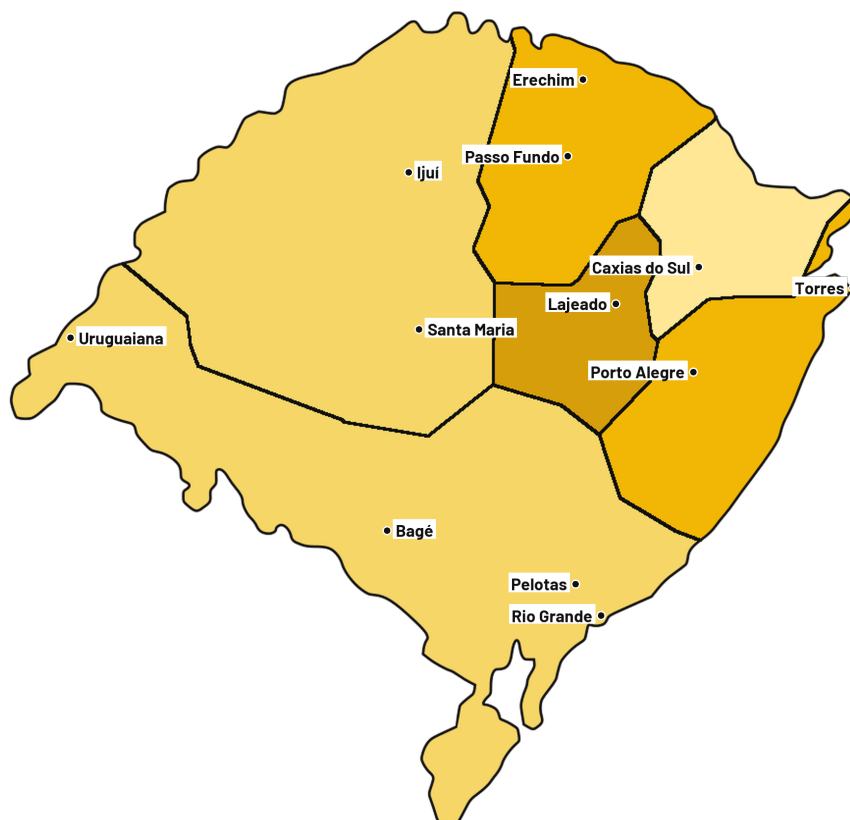
Idade da maior parte de quem vai embora

R\$ 4,8 bi

Déficit primário projetado na LDO 2027

O TERRITÓRIO AS REGIÕES QUE ESTE PLANO TRATA

O interior gaúcho não funciona como uma economia só. Cada mancha do mapa tem cadeia, gargalo e ritmo próprios, e a Parte IV deste plano trata cada uma delas separadamente, com o que trava e o que o mandato faz.



PLANALTO MÉDIO E NORTE

Passo Fundo, Carazinho, Marau e Erechim. Grão, biodiesel, saúde de referência e pesquisa agrícola.

VALE DO TAQUARI

Lajeado, Estrela e Encantado. A maior densidade de indústria de alimentos do Sul e a mais exposta a cheia.

NOROESTE, MISSÕES E CENTRAL

Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta e Santa Maria. Cooperativismo forte, máquina agrícola e um patrimônio histórico subaproveitado.

SERRA GAÚCHA

Caxias, Bento e Farroupilha. Metalmeccânica, moveleiro, vinho e turismo o ano inteiro.

METROPOLITANA, SINOS E LITORAL

Porto Alegre, Vale dos Sinos e Litoral. Serviço, tecnologia, calçado, energia e o porto de Rio Grande na ponta.

METADE SUL E FRONTEIRA

Pelotas, Rio Grande, Bagé e Uruguaiana. Arroz, pecuária, porto e a fronteira que precisa virar corredor.

PARTE I DIAGNÓSTICO

Por que o Rio Grande do Sul parou de crescer. Os números, o circuito que se retroalimenta e o retrato de cada região.

01 O CICLO VICIOSO GAÚCHO

1.1 COMO O CIRCUITO SE FECHA

Serviço público degradado e ambiente hostil ao negócio empurram jovens e empresas para fora. A saída esvazia a base produtiva. Base menor derruba produtividade e competitividade. Menos produção significa menos crescimento e menos arrecadação. Sem arrecadação não há investimento, e o serviço piora de novo.

O ponto que quase ninguém enfrenta é que cada elo tem inércia própria. Quando um jovem de 27 anos se muda para Florianópolis, ele não volta quatro anos depois porque o hospital melhorou. Ele comprou apartamento lá, a companheira arrumou emprego lá, o filho entrou na escola lá. Na escala de um mandato, a migração é praticamente irreversível. Cada ano de política errada custa uma geração parcial.

O envelhecimento acelera o problema por dois canais ao mesmo tempo. Menos gente em idade produtiva reduz a base de arrecadação. Mais idosos aumentam a demanda por saúde e previdência. As duas curvas se afastam, e no Rio Grande do Sul já se afastaram mais do que em qualquer outro estado brasileiro.

1.2 A DEMOGRAFIA É O DADO MAIS GRAVE

São 115 idosos para cada 100 jovens (IBGE, 2022). A taxa de fecundidade gaúcha está entre as menores do Brasil e ficou abaixo do nível de reposição há décadas. Some-se a migração seletiva, que não leva embora qualquer pessoa. Vai quem tem qualificação, mobilidade e apetite de risco. O engenheiro formado na UFRGS, o técnico em automação de Caxias, a desenvolvedora de Santa Maria.

O caso de Santa Catarina merece leitura sem provincianismo. Para lá foram 63,5% dos que saíram (IBGE, 2022). O que existe do outro lado da fronteira é emprego industrial em cidade média com custo de vida administrável. Joinville, Jaraguá do Sul, Chapecó, Criciúma, Blumenau. Santa Catarina construiu tecido de indústria de transformação distribuído no território, em vez de concentrado numa única região metropolitana. O Rio Grande do Sul teve esse tecido em Caxias, Novo Hamburgo, Bento, Erechim, Panambi e Lajeado, e deixou que perdesse densidade.

1.3 A ECONOMIA QUE CRESCER 34% EM VINTE ANOS

Trinta e quatro por cento em duas décadas dá aproximadamente 1,5% ao ano. O Brasil fez 58% no mesmo período e Santa Catarina fez 65% (IFEP-RS/FECOMÉRCIO-RS, 2026). Três causas se sobrepõem, e vale separá-las porque exigem respostas diferentes.

A primeira é a volatilidade climática sobre um PIB agrodependente. O agronegócio gaúcho é excepcional em produtividade e frágil em regularidade. As estiagens de 2004 e 2005, 2012, 2020, 2021 e 2022 derrubaram safras inteiras de soja e milho. Vieram depois as enchentes de setembro de 2023 e maio de 2024. Um estado cujo PIB oscila com o regime de chuvas não planeja investimento de longo prazo, nem público nem privado. A resposta correta passa por industrializar o agro, porque a indústria de transformação amortece a variação da matéria-prima.

A segunda é a desindustrialização relativa. Calçados no Vale dos Sinos, metalmecânica na Serra, máquinas agrícolas no Noroeste, moveleiro em Bento e Flores da Cunha. Todo esse parque perdeu participação nacional. O caso do calçado é didático. A migração do polo do Vale dos Sinos para o Nordeste nos anos 1990 e 2000, empurrada por custo de mão de obra e incentivo fiscal estadual, esvaziou Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom e Três Coroas, e a região nunca reconstruiu densidade equivalente.

A terceira é o Custo Rio Grande, e aqui está a parte controlável. Carga tributária estadual comparativamente alta, licenciamento ambiental lento, malha rodoviária deteriorada, ferrovia sucateada e matriz logística rodoviária num

estado que fica a 1.500 quilômetros do centro consumidor do país. Cada um desses fatores é decisão política reversível.

1.4 O ESTADO QUE NÃO CONSEGUE INVESTIR

O déficit primário projetado de R\$ 4,8 bilhões na LDO 2027 é a tradução fiscal de tudo que veio antes. A estrutura do orçamento estadual é rígida. Pessoal e encargos, previdência, pisos constitucionais de saúde e educação e serviço da dívida consomem quase toda a receita corrente líquida. O que sobra para investimento é resíduo, e resíduo não constrói ferrovia, não levanta dique e não moderniza hospital.

O estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal e, mais recentemente, ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados. A reconfiguração da dívida com a União muda o perfil da despesa financeira e abre uma janela real de alguns anos. Se essa folga for usada para ampliar despesa corrente, o Rio Grande terá trocado uma crise imediata por outra maior daqui a dez anos.

A tese deste plano é direta. A folga fiscal obtida na renegociação precisa ser vinculada por lei a investimento e a programas com métrica de resultado. É exatamente para isso que serve a LGRG.

1.5 O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

Estão endividadas 86,9% das famílias gaúchas, com 29,7% da renda média comprometida (PEIC-RS/FECOMÉRCIO, 2026). Família com quase um terço da renda travada em dívida não consome, não empreende e não assume o risco de trocar de emprego. Também fica exposta a qualquer choque. Uma enchente, uma demissão ou uma doença viram insolvência. O endividamento alto resulta da renda baixa e, ao mesmo tempo, trava a mobilidade econômica que elevaria essa renda. Funciona como freio agregado sobre a demanda interna do estado.

Nenhuma política estadual resolve endividamento familiar de forma direta, porque crédito é competência federal e bancária. Existe, porém, política estadual capaz de atacar as duas pontas. Elevar renda por meio de emprego industrial e reduzir custo de vida por meio da tributação de bens essenciais e do transporte.

1.6 A REPRESENTAÇÃO QUE NÃO EXISTE

A Assembleia Legislativa tem zero deputados abaixo de 34 anos na legislatura atual. Essa é a explicação institucional do ciclo. O eleitorado gaúcho é majoritariamente mais velho, o cálculo político acompanha o eleitorado e a pauta legislativa reflete o cálculo político. As demandas de quem tem entre 20 e 35 anos, como primeiro emprego, primeiro imóvel, custo de abrir empresa, transporte para estágio e formação técnica conectada a mercado, não têm quem as protocole, defenda em comissão e cobre em plenário.

Sem representação o jovem não enxerga horizonte no estado. Sem horizonte ele sai. Saindo, reduz ainda mais o peso eleitoral da própria faixa etária, e com menos peso eleitoral vem menos representação. A cada ciclo o problema fica mais difícil de resolver por dentro do sistema. Romper isso exige alguém que faça de desenvolvimento econômico e juventude o eixo do mandato, com risco político de escolher pauta que não rende voto imediato.

02 O TERRITÓRIO, REGIÃO POR REGIÃO

O Rio Grande do Sul não tem um problema. Tem oito ou nove problemas regionais distintos que a política estadual insiste em tratar com política única. Um programa de qualificação profissional desenhado em Porto Alegre e aplicado igualmente em Uruguaiana e em Caxias do Sul falha nas duas pontas. Forma gente demais para vaga inexistente num lugar e de menos onde a fila de contratação está aberta.

Este capítulo mapeia as regiões pelo que elas são economicamente. Os 28 COREDEs existem, são instrumento útil de planejamento e andam subutilizados, quase sempre reduzidos a rateio de emenda. Aqui eles voltam a ser unidade real de diagnóstico.

2.1 PLANALTO MÉDIO E NORTE

Passo Fundo, Carazinho, Marau, Erechim, Não-Me-Toque. O maior bloco de grãos do estado, ancorado em soja, milho, trigo, aveia e cevada. Passo Fundo funciona como capital regional de serviços para mais de 80 municípios, com o Hospital São Vicente de Paulo em média e alta complexidade, a Universidade de Passo Fundo, o UPF Parque e a Embrapa

Trigo, principal centro de pesquisa de trigo do Brasil, instalado ali desde 1974.

A anomalia salta aos olhos. A região tem pesquisa agrícola de classe mundial, produz trigo de qualidade panificável crescente e continua exportando grão bruto enquanto o Brasil importa farinha e derivados. Ter uma unidade da Embrapa dedicada ao trigo sem um complexo moageiro proporcional é falha de política industrial, não fatalidade de mercado.

O que já existe pode ser adensado. A Be8, em Passo Fundo, está entre as maiores produtoras de biodiesel do país e opera esmagamento de soja, o ativo âncora de um cluster de agroenergia. Marau concentra uma das maiores plantas de proteína animal do Brasil. Carazinho tem tradição metalmecânica ligada a implementos. Não-Me-Toque abriga a Stara e a Expodireto Cotrijal, maior feira de tecnologia agrícola do Sul. A oeste, Panambi e Horizontina completam o corredor de máquinas agrícolas com Kepler Weber, Fockink e a operação da John Deere.

BR-285, BR-153, BR-386, ERS-324, ERS-135 e ERS-153 formam o eixo de escoamento e operam com trechos em pista simples de capacidade esgotada sob fluxo pesado de graneleiro.

O ramal ferroviário Passo Fundo a Marcelino Ramos e as conexões para Cruz Alta e Santa Maria estão degradados. Grão sai de caminhão por 700 quilômetros até Rio Grande, um absurdo logístico para carga de baixo valor por tonelada.

Subestações e linhas de distribuição limitam a instalação de plantas industriais de porte médio fora dos perímetros já servidos.

A região forma pesquisador e não forma operador de planta industrial em volume suficiente.

2.2 NOROESTE E MISSÕES

Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Cruz Alta, Três Passos. Terra da máquina agrícola e do leite. Santa Rosa e Horizontina sustentam duas das maiores fabricantes de colheitadeiras e tratores do país. Cruz Alta concentra esmagamento de soja e a CCGL, central de laticínios das cooperativas gaúchas. Ijuí, Panambi e Três de Maio compõem um arco industrial de médio porte com universidades comunitárias bem enraizadas, como UNIJUÍ e SETREM.

O problema aqui é a dependência de um único ciclo. Quando o preço da soja cai ou a estiagem quebra a safra, a venda de máquinas colapsa no ano seguinte e a demissão em Santa Rosa e Horizontina é imediata. A região nunca construiu contraciclo. Diversificar significa energia, componentes e serviço industrial exportável, e não mais uma linha de montagem dependente do mesmo comprador.

As Missões carregam ativo cultural de escala internacional economicamente subexplorado. São Miguel das Missões é Patrimônio Mundial da UNESCO e o turista passa ali uma tarde. Não dorme, não faz duas refeições, não compra. Uma rota estruturada, com Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Nicolau e integração com as missões argentinas e paraguaias, converteria sítio arqueológico em cadeia de renda.

2.3 SERRA GAÚCHA

Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Vacaria, Gramado. O parque industrial mais denso do estado e o mais exposto ao ciclo nacional de caminhão e ônibus. Caxias concentra Randon, Marcopolo, Agrale, Fras-le e uma cadeia de centenas de fornecedores metalmecânicos. Carlos Barbosa e Farroupilha têm Tramontina. Bento reúne moveleiro de alto padrão, o polo vitivinícola e a Embrapa Uva e Vinho. Gramado e Canela sustentam o turismo mais rentável do Sul do Brasil.

Dois riscos a região evita discutir. O primeiro é a dependência do ciclo de investimento em transporte rodoviário no Brasil inteiro. Quando o crédito para caminhão trava, Caxias para. O segundo é a competição vitivinícola. O vinho gaúcho perde volume para o importado chileno e argentino no segmento de entrada e ganha prêmios no premium sem escala para sustentar a operação. A saída passa por denominação de origem, enoturismo e exportação de identidade.

Vacaria merece nota própria. A maçã do Campo dos Bugres e a expansão recente da soja no altiplano deram à região um duplo motor. A ferrovia até Vacaria, hoje inexistente, seria o elo que conecta o Planalto ao litoral por trilho.

2.4 VALE DO TAQUARI E VALE DO RIO PARDO

Lajeado, Estrela, Encantado, Teutônia, Santa Cruz do Sul. O Vale do Taquari é o cluster de alimentos mais completo do Rio Grande do Sul e provavelmente do Sul do Brasil. Numa área comparativamente pequena concentra abate de aves e suínos, laticínios de escala como Dália em Encantado e Languiru em Teutônia, bebidas, panificação industrial e uma estrutura de inovação real com a Univates e o Tecnovates.

É também o território mais castigado pelo clima na história recente do estado. As enchentes de setembro de 2023 e maio de 2024 destruíram parte de Muçum, Roca Sales, Encantado, Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Estrela e Lajeado. A cheia de maio de 2024 atingiu 478 municípios gaúchos, afetou cerca de 2,3 milhões de pessoas e matou mais de 180 (Defesa Civil-RS, 2024).

A leitura econômica é dura e precisa ser dita. Empresa não investe onde ninguém sabe se a planta estará de pé daqui a cinco anos. Prevenção de cheia no Vale do Taquari é a principal política industrial disponível para aquela região, e sem previsibilidade hídrica nenhum incentivo fiscal segura investimento novo.

Ao lado, o Vale do Rio Pardo tem em Santa Cruz do Sul o maior complexo de beneficiamento de tabaco do mundo, cadeia que emprega dezenas de milhares de famílias em agricultura familiar sob pressão regulatória global crescente. Fingir que essa pressão não existe é entregar o problema pronto para a próxima década.

2.5 REGIÃO METROPOLITANA E VALE DOS SINOS

Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Triunfo. Concentra serviços, tecnologia, petroquímica e o que restou do polo calçadista. Os ativos são de primeira linha. UFRGS, PUCRS com o Tecnopuc, Unisinos com o Tecnosinos, Feevale Techpark, a refinaria em Canoas, o Polo Petroquímico de Triunfo, a planta da GM em Gravataí, a AEL Sistemas em Porto Alegre na eletrônica de defesa, a Taurus em São Leopoldo e uma operação de data center em Eldorado do Sul.

O passivo também é grande. O Vale dos Sinos nunca se recuperou plenamente do êxodo calçadista para o Nordeste. Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Parobé, Três Coroas e Igrejinha carregam desemprego estrutural e informalidade elevada há duas décadas. Reindustrializar o Sinos passa por usar a base de couro, química, moldes e design para componentes técnicos, calçado de segurança e produtos de nicho de alto valor.

Canoas, Eldorado do Sul, São Leopoldo e a zona norte de Porto Alegre também foram gravemente atingidas em maio de 2024. O sistema de proteção contra cheias da capital, com diques, comportas e casas de bombas construídos depois de 1941, falhou por manutenção. Esse é o caso mais claro de custo de negligência de gestão em todo este plano. Um sistema desenhado para funcionar que não funcionou porque ninguém foi responsabilizado por mantê-lo.

2.6 METADE SUL

Pelotas, Rio Grande, Bagé, Camaquã, Jaguarão. A região mais pobre do estado e a que tem o maior ativo logístico. O Porto de Rio Grande é o principal porto gaúcho e um dos maiores do país em movimentação de grãos, com terminal de contêineres, fertilizantes, celulose e grãos. Ao redor dele existe estrutura industrial ociosa herdada do ciclo naval que nunca foi reconvertida.

Pelotas tem UFPel, IFSul, a Embrapa Clima Temperado e um parque de conservas e arroz, com a Josapar entre os maiores. Bagé tem a Embrapa Pecuária Sul, a URCAMP, a UNIPAMPA e a maior área de pecuária extensiva e ovinocultura do estado. Candiota concentra carvão e geração térmica, com um debate energético que o Rio Grande vem empurrando com a barriga. Decidir o que fazer com aquele ativo numa matriz em transição é urgente, e a indefinição já custa investimento.

É na Metade Sul que a Zona de Desenvolvimento Econômico proposta neste plano tem maior retorno potencial, porque a região combina três coisas raras na mesma geografia. Porto, terra disponível e mão de obra ociosa.

2.7 FRONTEIRA OESTE E CAMPANHA

Uruguiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Borja, Itaqui. Arroz irrigado, pecuária e fronteira. Uruguiana opera o maior porto seco da América do Sul, ponto de passagem do comércio terrestre com Argentina e Chile.

Três problemas se somam. A logística é rodoviária e cara. O contencioso do arroz com importação do Mercosul comprime margem do produtor. E a fronteira seca com Uruguai e Argentina, de Barra do Quaraí ao Chuí, é rota consolidada de entrada de droga e arma para todo o Sul e o Sudeste do Brasil.

2.8 LITORAL NORTE E HORTÊNSIAS

Osório, Capão da Canoa, Torres, Tramandaí, Gramado, Canela. Turismo sazonal, geração eólica no complexo de Osório, o terminal de Tramandaí e uma população flutuante que multiplica por quatro ou cinco no verão sem que a estrutura de saúde e segurança acompanhe.

O Litoral tem um problema de modelo econômico, com renda concentrada em noventa dias. Diversificar passa por turismo de inverno, eventos, economia do mar e serviços. Passa também por energia, já que o corredor eólico do Litoral é ativo estratégico para atrair consumo intensivo, inclusive processamento de dados.

2.9 O QUE O MAPA REVELA

Primeira conclusão. O Rio Grande do Sul já tem os ativos. Portos, universidades federais e comunitárias em quase todas as regiões, quatro unidades da Embrapa, parques tecnológicos maduros, cooperativas com capital e escala, indústria de defesa, matriz elétrica limpa e clima frio, que é vantagem física real para data center. Falta articulação e custo competitivo.

Segunda. As políticas horizontais chegaram ao limite. Ganho relevante agora vem de política vertical, com escolha explícita de cadeias e regiões e concentração de infraestrutura, qualificação e incentivo nelas. Isso implica dizer não em público, o que explica por que quase ninguém faz.

Terceira. Em quase toda região o gargalo principal é o mesmo, que é o custo de sair do Rio Grande do Sul com a mercadoria pronta. Por isso logística é o capítulo mais longo deste plano.

PARTE II O MÉTODO

A lei que organiza tudo o que vem depois. Sem medição e sem consequência, qualquer plano vira intenção.

03 LEI GAÚCHA DE RESPONSABILIDADE GERENCIAL

3.1 POR QUE COMEÇAR POR AQUI

O Rio Grande do Sul já tem plano plurianual, indicadores e relatórios. O que não tem é consequência. Programa que falha continua no orçamento do ano seguinte pela mesma razão que estava no anterior, que é a inércia da rubrica. Quem defende corte precisa provar que o programa é ruim, quando o ônus deveria ser inverso e caber a quem quer manter provar que ele funciona.

A LGRG inverte esse ônus. Ela é o primeiro projeto do mandato porque toda proposta deste plano depende de um sistema capaz de dizer o que deu certo. Incentivo fiscal vinculado a resultado, repasse de saúde por desempenho, curso técnico avaliado por empregabilidade e obra de contenção com prazo cobrado são a mesma engenharia institucional aplicada a áreas diferentes.

3.2 O DESENHO DA LEI

Programa nasce completo. Todo programa estadual acima de um piso de custo definido em lei passa a nascer com indicador de resultado, meta datada, custo total, custo por beneficiário e responsável nominal pela execução. Programa sem esses cinco campos não recebe dotação. Avaliação independente a cada dois anos. Ciclo bienal de avaliação com metodologia pública, aproveitando a capacidade técnica já instalada na SPGG e no TCE-RS, além de convênio com universidades estaduais e federais para avaliação de impacto em programas de maior porte. Cláusula de revisão automática. Programa que falha duas avaliações consecutivas entra em revisão obrigatória, com reformulação apresentada em prazo definido ou extinção. A decisão de manter passa a exigir justificativa formal publicada, e não silêncio administrativo. Ranking público de programas. Classificação anual de todos os programas estaduais por custo, metas cumpridas e resultado entregue, em formato aberto e comparável entre anos. Transparência de desempenho é o instrumento de gestão mais barato que existe, porque nenhum gestor gosta de aparecer no fim da lista. Redirecionamento vinculado. Recurso liberado por programa cortado retorna ao mesmo eixo de política, com destinação a programa avaliado como eficaz. Corte que vira custeio genérico desmoraliza a própria avaliação e ensina o sistema a sabotá-la.

3.3 O QUE MUDA NA PRÁTICA

Com a LGRG em vigor, a discussão orçamentária na Assembleia deixa de girar em torno de quanto cada secretaria pede e passa a girar em torno de quanto cada programa entrega. É uma mudança de eixo do debate legislativo, e ela dá ao parlamento um poder de fiscalização que hoje existe no papel e não se exerce por falta de informação padronizada.

Métrica da própria lei. Percentual de programas acima de R\$ 20 milhões anuais com indicador, meta e avaliação publicados. Meta de 100% até 2030, com série publicada desde o primeiro ano de vigência.

PARTE III EIXOS SETORIAIS

Economia, infraestrutura, agroindústria, tecnologia, educação, saúde, segurança, juventude, clima e cultura. Cada proposta com desenho, fonte e métrica.

04 ECONOMIA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

4.1 O DIAGNÓSTICO DO CUSTO

Empresa escolhe onde investir por quatro determinantes. Tributo, tempo, logística e mão de obra. O Rio Grande do Sul perde nas quatro contra Santa Catarina e Paraná, e a perda é mensurável.

Tributo. A alíquota modal de ICMS gaúcha é de 17%, na média dos estados do Sul. O que decide investimento, porém, é a carga efetiva depois de créditos, substituição tributária, benefícios setoriais e prazo de recolhimento. Nesses últimos itens o Rio Grande é mais complexo e mais lento que os vizinhos.

Tempo. Licenciamento ambiental é a queixa número um de quem tenta instalar planta industrial no estado. O problema raramente é rigor técnico excessivo. É imprevisibilidade de prazo. Uma empresa convive com dezoito meses de licenciamento se souber que são dezoito. O que ela não consegue é planejar quando a resposta pode chegar em seis ou em quarenta meses.

Mão de obra. Não encontram trabalhador qualificado 85,5% das indústrias gaúchas, recorde da série histórica (FIERGS, 2025). O número costuma ser lido como falha da educação. É também falha de coordenação, porque se forma gente, só que para outra coisa.

4.2 A REFORMA TRIBUTÁRIA MUDA TUDO, E O DEBATE GAÚCHO IGNORA

Este é o ponto cego mais grave da discussão econômica no estado. A Emenda Constitucional 132, de 2023, substituiu ICMS e ISS pelo IBS, com transição ao longo dos anos 2020 e 2030 e tributação no destino. Em linguagem direta, a guerra fiscal por ICMS acaba. O instrumento com que o Rio Grande do Sul e todos os demais estados tentaram atrair empresa nas últimas três décadas será extinto por exaustão progressiva.

Estados que competiam por benefício fiscal passarão a competir por aquilo que sobra. Infraestrutura, previsibilidade regulatória, qualificação e qualidade de vida. Quem chegar em 2033 com licenciamento lento e ferrovia morta perderá investimento sem ter como compensar com desconto tributário. A janela para arrumar a casa é esta legislatura.

Há ainda o Fundo de Desenvolvimento Regional criado pela reforma, com aporte federal crescente para infraestrutura e desenvolvimento produtivo. Esses recursos serão disputados projeto a projeto. Quem chegar com carteira madura, estudo de viabilidade e licenciamento encaminhado, leva. Quem chegar com carta de intenções, não leva.

Proposta 4.1 Carteira Estadual de Projetos Prontos. Criar por lei a obrigação de o Estado manter e publicar carteira permanente de projetos de infraestrutura com estudo de viabilidade concluído, licenciamento em curso e modelagem financeira definida, hierarquizada por retorno econômico. Meta de pelo menos 20 projetos maduros até 2029, cobrindo todas as macrorregiões.

Proposta 4.2 Frente Parlamentar do Pacto Federativo. Criar a primeira frente parlamentar da ALRS dedicada à posição do Rio Grande do Sul na federação, tratando de transição da reforma tributária, critérios de rateio de fundos, renegociação de dívida e compensações por perdas na exportação de bens primários e semielaborados. O estado exportador de commodity é estruturalmente prejudicado pela desoneração de exportação. É uma conta de bilhões que o Rio Grande paga há trinta anos e discute pouco.

4.3 ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A ZDE é área delimitada por lei estadual em região estratégica, com quatro atributos que só funcionam combinados.

- 01 Licenciamento com prazo legal. As atividades pré-mapeadas na ZDE seguem procedimento simplificado com prazo máximo fixado em lei, contado da protocolização completa. Vencido o prazo sem manifestação, aplica-se licença por adesão e compromisso, com responsabilidade técnica do empreendedor e fiscalização posterior.
- 02 Infraestrutura entregue antes da empresa. Energia com capacidade contratada, acesso rodoviário pavimentado, água e efluente dimensionados e fibra. Isso inverte a lógica atual, em que a empresa chega e descobre que precisa financiar a subestação.
- 03 Incentivo condicionado a produção, nunca a anúncio. O benefício é liberado por etapa, contra investimento realizado e emprego formalizado comprovado por eSocial. Não existe benefício antecipado.
- 04 Governança local com prestação de contas. Cada ZDE tem conselho com Estado, município, universidade regional e setor privado, e publica relatório anual de empregos, investimento e renúncia.

A escolha das primeiras ZDEs segue potencial econômico, e a lista abaixo é defensável tecnicamente por quatro critérios. Proximidade de modal competitivo, disponibilidade de energia, existência de âncora produtiva e mão de obra ociosa.

ZDE PROPOSTA	VOCAÇÃO	ATIVO ÂNCORA
Rio Grande e São José do Norte	Logística portuária, fertilizante, energia, processamento para exportação	Porto de Rio Grande
Passo Fundo, Carazinho e Marau	Agroindústria de grãos, moagem de trigo, agroenergia	Embrapa Trigo, Be8, cadeia de proteína
Lajeado, Estrela e Teutônia	Alimentos, bebidas, embalagem e fornecedores	Univates, cluster de proteína e laticínio
Vale dos Sinos	Componentes técnicos, couro de alto valor, moldes	Base calçadista, Unisinos, Feevale
Uruguiana e Alegrete	Beneficiamento de arroz, logística de fronteira, energia	Porto seco de Uruguiana
Eldorado do Sul, Guaíba e Triunfo	Data center, química, energia intensiva	Polo Petroquímico, malha elétrica, fibra

Custo. A ZDE se paga com realocação de investimento e mudança de procedimento, sem gasto novo relevante em custeio. O custo maior está na infraestrutura prévia, e a fonte natural combina o Fundo de Desenvolvimento Regional, financiamento do BRDE e do Badesul e concessão de serviços dentro do perímetro.

Métrica. Empregos formais criados dentro do perímetro, investimento privado realizado por real de recurso público aplicado, prazo médio de licenciamento e taxa de ocupação da área.

4.4 DESBUROCRATIZAR, COM SANTA CATARINA COMO REFERÊNCIA

Copiar o que funciona é gestão. Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais avançaram mais que o Rio Grande do Sul em abertura de empresa, licenciamento e regularização, e não há razão para o gaúcho aceitar prazo pior por orgulho regional.

Proposta 4.3 Lei do Prazo Máximo. Todo procedimento estadual de licenciamento, autorização e registro passa a ter prazo máximo publicado, contagem transparente rastreável pelo requerente e relatório mensal de cumprimento por órgão. Órgão que descumpra de forma sistemática entra no ranking da LGRG com nota reduzida.

Proposta 4.4 Silêncio positivo para baixo risco. Atividades de baixo impacto ambiental e sanitário, taxativamente listadas, recebem licença automática mediante autodeclaração e responsabilidade técnica, sujeitas a fiscalização posterior por amostragem e sanção pesada em caso de falsidade. Isso libera o corpo técnico para analisar empreendimento de médio e alto impacto, hoje engarrafado atrás de licenciamento de padaria.

Proposta 4.5 Balcão único regional. Estrutura física e digital em cada macrorregião reunindo Junta Comercial, órgão ambiental, receita estadual, corpo de bombeiros e vigilância sanitária, com processo e protocolo unificados.

Proposta 4.6 Painel público de prazos. Publicação mensal do tempo médio e do tempo máximo de cada procedimento por órgão e por região.

Meta do eixo. Reduzir em 40% o prazo médio dos procedimentos de licenciamento ordinário até 2030, com série pública desde 2027.

4.5 INCENTIVO FISCAL VINCULADO A RESULTADO

O estado concede renúncia relevante via Fundopem/RS, Integrar/RS e regimes setoriais. Parte disso é boa política e parte é inércia acumulada. Ninguém sabe qual é qual, porque não existe avaliação sistemática comparável.

Proposta 4.7 Avaliação obrigatória de todo benefício. Todo benefício fiscal acima do piso definido na LGRG passa a ter ficha pública com valor renunciado, empregos prometidos, investimento prometido e verificação anual do cumprimento.

Proposta 4.8 Cláusula de degrau. Benefício concedido em etapas. Quarenta por cento na assinatura contra garantia, trinta por cento na comprovação do investimento realizado e trinta por cento na comprovação do emprego mantido por 24 meses.

Proposta 4.9 Redirecionamento setorial. Recurso liberado por benefício cortado retorna obrigatoriamente ao mesmo eixo econômico. Empresa eficiente não deve financiar ineficiência de outro setor.

Proposta 4.10 Prazo de validade. Todo novo regime de benefício nasce com prazo determinado e cláusula de reavaliação. Benefício eterno é subsídio disfarçado, e o disfarce é justamente o que impede a discussão.

4.6 ENERGIA COMO VANTAGEM COMPETITIVA

A matriz elétrica gaúcha é diversificada, com potencial eólico consolidado no Litoral Norte e na Campanha, expansão solar acelerada, hidrelétricas no Uruguai e no Pelotas e ativo térmico em Candiota. O gargalo está em transmissão, distribuição e conexão. Empresa que quer instalar planta de médio porte fora de eixo já servido enfrenta prazo e custo de conexão que inviabilizam o projeto antes da primeira planilha.

Proposta 4.11 Mapa Estadual de Capacidade Elétrica. Publicação por município e por subestação da capacidade disponível e da capacidade contratável para novos consumidores industriais, com atualização semestral. Hoje essa informação é fragmentada, e sua ausência afasta investimento de forma silenciosa.

Proposta 4.12 Frente permanente de expansão da transmissão. Articulação estruturada com ANEEL, ONS, EPE e transmissoras para inserir nos leilões federais os reforços de rede que destravam as ZDEs e os polos de agroindústria.

Proposta 4.13 Gás natural para a indústria. Expansão da rede de distribuição para os polos industriais do Norte e do Vale do Taquari, hoje dependentes de GLP e biomassa a custo superior, com estudo de viabilidade publicado.

Proposta 4.14 Biogás e biometano de resíduo agroindustrial. O estado produz volume enorme de dejetos suíno e bovino e de resíduo de laticínio, hoje tratado como passivo ambiental quando poderia ser energia distribuída e crédito de carbono. Programa estadual com linha de crédito via Badesul e regulação sanitária clara para uso do digestato como fertilizante.

05 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

5.1 O PROBLEMA EM UMA CONTA

O Rio Grande do Sul está a mais de 1.500 quilômetros do maior mercado consumidor do Brasil e produz, na maior parte, bens de baixo valor por tonelada. Grão, celulose, arroz, carne, aço, implemento. Para esse perfil de carga, cada real de frete a mais é margem eliminada.

E o estado escoa quase tudo de caminhão. A ferrovia gaúcha, uma das primeiras do Brasil, foi reduzida a alguns corredores operacionais enquanto ramais inteiros do Planalto e do Noroeste viraram leito abandonado. A hidrovia Lagoa dos Patos, Jacuí e Taquari, que já moveu grande volume até Porto Alegre e Estrela, opera muito abaixo do que sua geografia permite.

A pergunta correta não é quanto custa recuperar a ferrovia. É quanto custou, nos últimos vinte anos, não ter recuperado. Cada safra escoada por rodovia a partir de Cruz Alta, Passo Fundo ou Palmeira das Missões pagou um pedágio invisível de dezenas de reais por tonelada em relação ao que pagaria em trilho. Multiplicado por dezenas de milhões de toneladas e por duas décadas, esse é o maior programa de transferência de renda involuntária da história econômica gaúcha, do produtor para o custo de transporte.

5.2 A META QUE ORDENA O CAPÍTULO

Proposta 5.1 Índice Gaúcho de Custo Logístico. Criar por lei indicador oficial de custo logístico por tonelada exportada, calculado por corredor e por modal, comparando o Rio Grande do Sul com Santa Catarina e Paraná, com publicação trimestral e meta de redução anual fixada na LDO.

Parece burocracia e não é. Nenhuma política de logística no Brasil é cobrada de verdade porque falta um número simples que o cidadão entenda e o gestor tema. Quanto custa tirar uma tonelada de soja de Cruz Alta e colocá-la em navio. Esse é o número.

5.3 FERROVIA

A malha ferroviária gaúcha é concedida e opera com foco nos corredores de maior densidade, sobretudo o eixo em direção a Rio Grande. Trechos considerados antieconômicos pela concessionária foram progressivamente esvaziados, e parte já passou por processo de devolução ao poder concedente. O resultado é uma malha que existe no mapa e não existe na operação.

Trecho devolvido é oportunidade para quem chega com projeto. A devolução abre modelagens novas, como subconcessão, autorização ferroviária nos moldes do novo marco legal, operação por consórcio de cooperativas e

embarcadores, ou parceria com o capital privado da própria cadeia produtiva que hoje paga o frete rodoviário. Quem paga o frete tem incentivo econômico para investir no trilho, e essa conversa nunca foi organizada pelo Estado.

Proposta 5.2 Grupo de Trabalho Ferroviário Permanente da ALRS. Instalação de GT com ANTT, Ministério dos Transportes, concessionária, cooperativas, FIERGS, Farsul e prefeituras dos municípios cortados pelos ramais, com objetivo declarado de entregar até 2028 modelagem financeira de reativação para pelo menos dois ramais.

Proposta 5.3 Prioridade nos trechos com carga cativa comprovada. Quatro corredores concentram a carga que justifica trilho.

Roca Sales a Passo Fundo. Conecta o Planalto Médio ao Vale do Taquari e, por ali, ao eixo Porto Alegre e Rio Grande. Carga cativa de grão do Planalto e insumo para a indústria de alimentos do Vale.

Roca Sales a Vacaria. Liga o altiplano da Serra, com maçã, soja e movimentação crescente, à malha principal.

Cruz Alta, Santa Maria, Cacequi e Rio Grande. Espinha dorsal do grão do Noroeste até o porto.

Uruguaiana a Cacequi. Conexão internacional com a Argentina, com arroz e carga geral.

Proposta 5.4 Terminais intermodais regionais. Ferrovia sem terminal é trilho decorativo. Prioridade a terminais de transbordo em Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria e Estrela, com investimento compartilhado entre cooperativas, agroindústrias e Estado.

Proposta 5.5 Cadastro do patrimônio ferroviário. Levantamento e proteção da faixa de domínio ferroviária no estado. Faixa invadida ou desafetada inviabiliza reativação para sempre. É trabalho barato, chato e urgente, exatamente o tipo de coisa que ninguém faz porque não rende foto.

5.4 RODOVIA, PRIORIZADA POR FLUXO DE CARGA

Proposta 5.6 Matriz de priorização rodoviária publicada. Toda decisão de investimento em rodovia estadual passa a ser justificada por três dados publicados. Volume médio diário de veículos pesados, tonelagem transportada e índice de acidentalidade. Isso não impede decisão política. Impede decisão política silenciosa.

BR-386, a Rodovia da Produção. Liga o Noroeste e o Planalto à região metropolitana e ao porto. É o corredor de maior tonelagem do estado, com trechos de capacidade esgotada e alta acidentalidade. Duplicação e acessos formam a obra rodoviária de maior retorno econômico disponível no Rio Grande do Sul.

BR-285. Eixo transversal entre Bagé, Passo Fundo e Vacaria, com conexão para Santa Catarina. Liga Campanha, Planalto e Serra e é decisiva para o cluster de Passo Fundo.

BR-158 e BR-392. Escoamento do Noroeste e do Centro em direção a Rio Grande.

BR-116 Sul, RSC-471 e RSC-287. Ligação entre Metade Sul e Vale do Rio Pardo.

ERS-324, no eixo Passo Fundo, Marau e Serra, e ERS-129. Rotas regionais com alta densidade de caminhão.

Proposta 5.7 Fiscalização de concessão com dente. Rodovia concedida com pedágio cobrado e obra atrasada é o caso mais evidente de contrato descumprido sem consequência no estado. Acompanhamento semestral publicado de cada contrato, com obra prometida, obra entregue e tarifa, além de representação formal à agência reguladora e ao TCE-RS quando houver descumprimento.

Proposta 5.8 Rotas de escoamento municipal. Grande parte da perda logística acontece nos primeiros 30 quilômetros, em estrada vicinal sem pavimento, ponte com limite de tonelage e acesso de terminal. Programa estadual de apoio a rotas de escoamento em parceria com municípios e cooperativas, com critério técnico e emendas dirigidas.

5.5 HIDROVIA E PORTOS

O Porto de Rio Grande é o ativo logístico mais subaproveitado do Sul do Brasil. Tem calado competitivo, terminal de contêineres, área de expansão e proximidade com a rota atlântica. Falta acesso terrestre à altura e falta indústria no seu entorno imediato.

Proposta 5.9 Pacote de acessos ao Porto de Rio Grande. Acesso ferroviário funcional, duplicação e manutenção dos acessos rodoviários e cronograma público de manutenção do calado do canal de acesso.

Proposta 5.10 Retomada da hidrovía Lagoa dos Patos, Jacuí e Taquari. Manutenção de calado, sinalização, balizamento e eclusas em operação confiável, com meta de tonelage anual publicada. Uma barcaça retira dezenas de caminhões da BR-386, e esse é o investimento de menor custo por tonelada deslocada disponível no estado.

Proposta 5.11 Hidrovía da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo. Integração com o Uruguai, com potencial para arroz, insumo e carga geral na Metade Sul, região que mais precisa de vetor econômico novo.

Proposta 5.12 Planejamento hidroviário integrado à gestão de bacia. Dragagem, controle de assoreamento, navegabilidade e controle de cheia são a mesma engenharia atuando sobre o mesmo rio. O Estado tratou esses assuntos em secretarias que não conversam por décadas. Isso custa dinheiro e, em 2024, custou vidas.

5.6 CONECTIVIDADE

Proposta 5.13 Fibra nos distritos industriais e nas escolas técnicas. Mapa público de cobertura por município e meta de universalização de fibra em perímetros industriais até 2030.

Proposta 5.14 Conectividade no campo. Agricultura de precisão, telemetria de máquina e rastreabilidade dependem de sinal. Programa de cobertura em áreas rurais produtivas, integrado a programas federais, com prioridade nas regiões de maior valor de produção por hectare.

06 AGROINDÚSTRIA

6.1 A TESE

O Rio Grande do Sul é excelente em produzir e medíocre em transformar. Exporta soja em grão e importa proteína processada de outros estados. Produz trigo de qualidade e vê a farinha ser moída fora. Tem o maior rebanho ovino do país e uma indústria de carne ovina inexpressiva. Produz quase todo o vinho brasileiro e disputa mercado com garrafa importada.

Cada tonelada que sai bruta é emprego que não foi criado aqui, imposto que não foi recolhido aqui e jovem que foi embora daqui. Uma tonelada de soja em grão exportada gera uma fração do valor adicionado de uma tonelada de farelo, óleo, biodiesel ou proteína animal produzida a partir dela. O emprego industrial associado é permanente, qualificado e distribuído no interior, que é exatamente o perfil de vaga capaz de segurar o jovem de 25 anos no município onde nasceu.

6.2 ONDE AGREGAR, CADEIA POR CADEIA

Soja e milho, no Norte e no Noroeste. Esmagamento, farelo, óleo, biodiesel e, principalmente, conversão em proteína animal. A cadeia de aves e suínos é a forma mais eficiente de transformar grão em valor e emprego. Passo Fundo, Marau, Carazinho, Cruz Alta e Erechim são os nós naturais.

Trigo, aveia e cevada, no Planalto Médio. Moagem, panificação industrial, massas e malte. O Brasil importa trigo e derivados em volume enorme enquanto o Rio Grande produz trigo com qualidade crescente e capacidade de moagem aquém do potencial. Com a Embrapa Trigo em Passo Fundo, esse é um caso raro de pesquisa madura esperando indústria.

Arroz, na Metade Sul e na Fronteira. Beneficiamento, parboilizado, farinha de arroz, ingredientes sem glúten, óleo de farelo e aproveitamento energético da casca. A casca de arroz gaúcha é biomassa desperdiçada em escala industrial.

Leite, no Vale do Taquari, na Serra e no Noroeste. Queijos de valor agregado, ingredientes lácteos, soro em pó e proteína láctea. A cadeia leiteira gaúcha vive de commodity e sofre com importação. A saída está em produto diferenciado com denominação e escala cooperativa.

Uva e vinho, na Serra. Denominação de origem, espumante, enoturismo e suco integral. O espumante brasileiro tem reconhecimento internacional e escala pequena. Aqui se exporta identidade, e volume é consequência.

Carne bovina e ovina, na Campanha e na Fronteira. Rastreabilidade, cortes de valor, abertura de mercado, lã e couro. A pecuária extensiva da Campanha tem imagem de sustentabilidade ligada à pastagem natural do Pampa, e essa imagem vale prêmio de preço em mercado europeu e asiático se for certificada e contada.

6.3 INSTRUMENTOS

Proposta 6.1 Incentivo por valor agregado no território. Reformular os regimes de incentivo estadual para que o benefício seja proporcional ao valor agregado dentro do Rio Grande do Sul, em vez de proporcional ao faturamento bruto. Quem esmaga aqui, quem mói aqui e quem embala aqui paga menos.

Proposta 6.2 Clusters agroindustriais formalizados. Instituição legal de clusters com governança, plano regional, meta de investimento e conselho reunindo produtores, cooperativas, indústrias, universidade e Estado. Cluster sem contrato de coordenação, meta e prestação de contas é slogan de folder.

Proposta 6.3 Cooperativa como instrumento de política industrial. O sistema cooperativista gaúcho tem capital, escala e capilaridade que poucos estados possuem. Cooperativa que investe em industrialização deve ter acesso preferencial a linha de crédito estadual via BRDE e Badesul, com contrapartida de emprego e agregação local.

Proposta 6.4 Novas cadeias industriais. Biocombustíveis avançados, fertilizantes de base nacional, proteínas alternativas, ingredientes alimentícios e química verde a partir de biomassa. O estado tem matéria-prima, pesquisa e um passivo de resíduo que é insumo disfarçado.

Proposta 6.5 Corte de benefício ineficiente com redirecionamento. Usando a LGRG, benefício concedido a empresa que não agrega valor nem gera emprego é revisto, e o recurso vai para quem comprova investimento e contratação. Premiar o eficiente exige coragem de deixar de premiar o ineficiente, e é aí que a maioria dos governos recua.

6.4 IRRIGAÇÃO E RISCO CLIMÁTICO

A estiagem é o maior risco econômico do agro gaúcho, e a política estadual de irrigação segue tímida diante da escala do problema.

Proposta 6.6 Programa Estadual de Irrigação e Reservação. Licenciamento simplificado para pequenos açudes e barragens de baixo risco, apoio técnico e linha de crédito. Cada açude é seguro contra seca e, na margem, amortecimento de cheia.

Proposta 6.7 Outorga de água com prazo e previsibilidade. Outorga integrada aos comitês de bacia, com regra clara para períodos de escassez definida antes da crise.

Proposta 6.8 Seguro agrícola com dado. Articulação com o programa federal de subvenção ao prêmio e uso de dados meteorológicos e de satélite do próprio Estado para reduzir custo de subscrição e ampliar cobertura no interior.

07 TECNOLOGIA, DATA CENTERS E INDÚSTRIA DE DEFESA

7.1 A VANTAGEM FÍSICA QUE O RS NÃO ESTÁ VENDENDO

Data center consome duas coisas em volume. Energia e resfriamento. O Rio Grande do Sul tem energia com forte participação renovável e o clima mais frio do Brasil. Clima frio reduz custo de refrigeração, que é a maior parcela do custo operacional de um data center depois da própria energia. Isso é vantagem comparativa física, e não depende de convencer ninguém. Depende de existir infraestrutura de conexão.

A demanda global por capacidade computacional cresce em ritmo que a oferta não acompanha, e a corrida por localização já começou. Estados que chegarem primeiro com energia contratável, fibra redundante e licenciamento previsível capturam investimento de bilhões e, mais importante, capturam a cadeia de serviços em torno dele. O estado já tem operação relevante do setor instalada na região metropolitana, e o erro seria tratar isso como notícia isolada em vez de âncora de política.

Proposta 7.1 Programa Estadual de Atração de Infraestrutura Digital. Três entregas concretas. Mapa público de sítios aptos com capacidade elétrica e fibra confirmadas. Rito acelerado de licenciamento para a categoria. Regime tributário estável e de prazo longo para energia e equipamento, articulado com o regime federal do setor.

Proposta 7.2 Contrapartida obrigatória de encadeamento. Data center emprega pouco por real investido, e essa é a crítica honesta ao setor. A resposta precisa ser desenho, não retórica. O incentivo fica vinculado a contrapartidas verificáveis, como contratação de engenharia e manutenção local, formação de técnicos em rede estadual, compra de fornecedores gaúchos e alocação de capacidade computacional para universidades e hospitais públicos do estado.

O último item merece destaque. Um percentual da capacidade instalada disponibilizado a preço regulado para pesquisa da UFRGS, UFSM, UFPel e FURG e para aplicações de saúde pública transforma ativo privado em infraestrutura científica estadual. É negociação dura e perfeitamente factível, desde que a exigência entre no início da conversa e não depois da pedra fundamental.

7.2 TECNOLOGIA PARA A DEFESA

O Rio Grande do Sul reúne uma combinação incomum. Eletrônica de defesa de nível internacional em Porto Alegre, indústria de armamento leve em São Leopoldo, base metalmecânica na Serra, tradição aeronáutica e forte presença militar em Santa Maria e na fronteira.

O orçamento federal de defesa está em expansão e a demanda global por sistemas não tripulados, sensoriamento e eletrônica embarcada cresce. Isso é oportunidade industrial de alto valor agregado e alta qualificação, que é o tipo de emprego capaz de reter jovem engenheiro no estado.

Proposta 7.3 Política Estadual de Tecnologia para a Defesa e Segurança. Articulação entre Ministério da Defesa, Exército, Marinha, Aeronáutica, empresas estratégicas de defesa sediadas no estado, universidades e parques tecnológicos, com o objetivo de transformar o RS em polo de sistemas embarcados, sensoriamento e sistemas não tripulados.

Proposta 7.4 Uso do poder de compra estadual. Brigada Militar, Polícia Civil e Defesa Civil compram tecnologia todo ano. Compra pública com exigência de desenvolvimento local, quando juridicamente possível e economicamente justificada, é política industrial de baixo custo fiscal.

7.3 DO PARQUE TECNOLÓGICO AO PRODUTO

Tecnopuc, Tecnosinos, Feevale Techpark, UPF Parque, Tecnovates, Pampatec, o parque de Santa Maria e o polo de Pelotas formam uma rede madura. O gargalo gaúcho não está em gerar pesquisa nem em gerar startup. Está em fazer a startup crescer no estado em vez de se mudar para São Paulo ou Florianópolis quando levanta a primeira rodada relevante.

Empresa nascente sai por três motivos. Acesso a capital, acesso a cliente corporativo grande e acesso a talento sênior. O Estado influencia os três, com instrumentos diferentes.

Proposta 7.5 Compra pública para inovação. Reserva de percentual das compras estaduais de tecnologia para soluções desenvolvidas por empresas nascentes gaúchas, com contrato-piloto e critérios simplificados. Cliente público grande é o que falta para a startup B2B gaúcha atravessar o primeiro vale.

Proposta 7.6 Capital semente com contrapartida de permanência. Fundo estadual operado via BRDE e Badesul em coinvestimento com capital privado, com cláusula de permanência de sede e operação no estado por prazo definido.

Proposta 7.7 Escritório único de propriedade intelectual. Estrutura compartilhada entre universidades gaúchas para acelerar licenciamento de patente e criação de spin-off. Cada universidade manter um núcleo próprio e frágil é desperdício de escala.

Proposta 7.8 Programa de retorno. Cadastro e mobilização ativa de profissionais gaúchos qualificados que deixaram o estado, com divulgação de vagas seniores e apoio à relocação. Parece proposta pequena. Recuperar mil profissionais seniores muda a densidade técnica de um ecossistema inteiro.

08 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

8.1 O NÚMERO QUE SINTETIZA A FALHA

Não encontram trabalhador qualificado 85,5% das indústrias gaúchas, recorde da série histórica (FIERGS, 2025). Existe uma leitura preguiçosa desse dado, que atribui tudo à qualidade da educação básica, e existe uma leitura útil. A útil diz que falta mecanismo institucional ligando a demanda real de cada região à oferta de formação naquela região.

A escola técnica de um município oferece o curso que já oferecia. A empresa a três quilômetros contrata de fora ou deixa de contratar. Ninguém está errado individualmente. O sistema é que não fecha o circuito. Isso se repara com informação e coordenação, que custam pouco e dispensam reforma constitucional.

8.2 MAPA ESTADUAL DE DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO

Proposta 8.1 Levantamento anual obrigatório por região. Identificação das ocupações com déficit de mão de obra, construída a partir de três fontes cruzadas. Dados administrativos de emprego formal, consulta estruturada às federações, entidades setoriais e empresas âncoras de cada cadeia, e projeção de investimentos anunciados.

O produto é documento público por COREDE, listando as ocupações em falta, o volume estimado e o horizonte. Esse documento passa a ser insumo obrigatório para o planejamento da oferta de cursos técnicos da rede estadual, para os convênios com o Sistema S, para a negociação com institutos federais e universidades e para o desenho de programas de qualificação.

Métrica. Percentual de vagas de curso técnico estadual alinhadas a ocupação listada como deficitária na respectiva região. Meta de 70% até 2030.

8.3 MEDIR EMPREGABILIDADE, E NÃO MATRÍCULA

Hoje a rede estadual mede matrícula, evasão e conclusão. Não mede se o egresso arrumou emprego na área em que se formou.

Proposta 8.2 Painel de Empregabilidade dos Cursos Técnicos. Acompanhamento do egresso em 6, 12 e 24 meses após a conclusão, verificando se está empregado, se está na área e qual a faixa salarial, com metodologia baseada em cruzamento de dados administrativos anonimizados.

Proposta 8.3 Consequência para curso abaixo da meta. Curso com empregabilidade persistentemente baixa é redesenhado com participação do setor produtivo local ou substituído por outro da lista de ocupações deficitárias. A regra entra na LGRG.

Essa é a proposta que mais gera resistência, e vale explicar por quê. Fechar curso mexe com professor, com estrutura e com política local. Manter um curso que forma jovens para o desemprego, porém, não é generosidade. É crueldade administrativa com aparência de bondade, e o custo dela aparece três anos depois, na conta do egresso.

8.4 VOCAÇÃO REGIONAL

REGIÃO	EIXOS FORMATIVOS PRIORITÁRIOS
Planalto Médio e Norte	Agroindústria de grãos, moagem, manutenção industrial, automação, logística
Noroeste e Missões	Metalmecânica, máquinas agrícolas, laticínios, mecatrônica
Serra	Metalmecânica, moveleiro, enologia, turismo e hotelaria, plástico e moldes
Vale do Taquari	Alimentos e bebidas, embalagem, qualidade e segurança de alimentos, refrigeração
Vale dos Sinos	Couro técnico, moldes, design de produto, química
Metropolitana	Tecnologia da informação, química, petroquímica, saúde, energia
Metade Sul	Logística portuária, agroindústria de arroz, energia, aquicultura
Fronteira e Campanha	Beneficiamento de arroz, pecuária tecnificada, comércio exterior, irrigação
Litoral	Turismo, energia eólica, manutenção de aerogeradores, gastronomia

8.5 ESCOLA CONECTADA À EMPRESA

Proposta 8.4 Estágio e aprendizagem como política de estado. Meta pública de ampliação de estágios e contratos de aprendizagem, com articulação direta entre escolas estaduais, institutos federais, universidades e empresas de cada região.

Proposta 8.5 Laboratório compartilhado. Empresa que cede equipamento, professor da indústria ou espaço para prática recebe reconhecimento formal e prioridade em programas estaduais. Escola pública de município pequeno não vai comprar torno CNC. A metalúrgica ao lado já tem.

Proposta 8.6 Professor com passagem pela indústria. Regras de contratação e formação continuada que permitam e valorizem a atuação de profissionais com experiência prática recente no ensino técnico.

Proposta 8.7 Conecta Escola e Empresa. Projetos práticos desenvolvidos por estudantes a partir de demandas reais de empresas, cooperativas e órgãos públicos da região, com contratação facilitada ao final. O modelo aproxima escola e mercado sem esperar reforma curricular nacional.

8.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO

Com 86,9% das famílias gaúchas endividadadas e 29,7% da renda comprometida (PEIC-RS/FECOMÉRCIO, 2026), formar jovem que saiba ler um contrato de crédito, entender juro composto e planejar orçamento é política econômica.

Proposta 8.8 Educação financeira obrigatória na rede estadual. Conteúdo prático de orçamento doméstico, crédito, juro, tributo, previdência, primeiro emprego e abertura de MEI, com formação de professores e material adaptado à realidade gaúcha, tomando como referência experiências estaduais já implementadas em outras unidades da federação, entre elas o programa paulista de educação financeira no ensino médio.

Métrica. Avaliação padronizada de letramento financeiro no terceiro ano do ensino médio, com resultado publicado por escola e por região.

8.7 RECONHECER E RETER O MELHOR ALUNO

Proposta 8.9 Mérito com efeito concreto. Programa estadual de reconhecimento aos melhores alunos da rede pública, combinando benefício tributário à família, com isenção de IPVA para um veículo dentro dos limites da legislação estadual, bolsa de estudo e intercâmbio.

A objeção esperada é que benefício tributário premia quem tem carro. A resposta está no desenho, com trilha dupla. Quem tem veículo recebe a isenção. Quem não tem recebe o equivalente em bolsa, transporte e material. Programa meritocrático mal desenhado vira transferência regressiva, e isso se corrige na redação do projeto.

Proposta 8.10 Intercâmbio técnico. Programa de intercâmbio de estudantes de cursos técnicos com instituições de outros estados e países, priorizando áreas alinhadas às vocações regionais.

09 SAÚDE

9.1 O QUE A POLÍTICA TRADICIONAL ERRA AO FALAR DE SAÚDE

Toda campanha gaúcha fala de saúde e quase nenhuma diz de onde vem o dinheiro para pagá-la. Saúde estadual depende de arrecadação, arrecadação depende de economia, e a demanda por saúde no Rio Grande do Sul cresce mais rápido que em qualquer outro estado porque a população é a mais envelhecida do país, com 115 idosos para cada 100 jovens (IBGE, 2022). Um idoso consome, em média, muito mais serviço de saúde do que um jovem. A conta piora todo ano por razão demográfica, independentemente de quem governa.

Só existem três saídas reais. Aumentar receita, aumentar a produtividade do sistema ou reduzir a demanda por meio de prevenção. Este plano trabalha nas três e reconhece que a primeira depende inteiramente do capítulo de economia.

9.2 GESTÃO POR RESULTADO NOS REPASSES

Proposta 9.1 Repasse estadual vinculado a desempenho. Parte da transferência estadual aos municípios passa a ser vinculada a metas verificáveis. Redução de fila de consulta especializada e de cirurgia eletiva, cobertura vacinal, cobertura de atenção primária e taxa de internação por condição sensível à atenção básica.

O último indicador é o mais importante e o menos usado. Internação por causa evitável é o retrato exato da falha de atenção primária, e é cara. Uma internação por complicação de diabetes custa muitas vezes o valor do acompanhamento que a teria prevenido.

Salvaguarda necessária. Vincular repasse a resultado pune município pobre se for feito de forma ingênua. O desenho correto compara cada município com o próprio ponto de partida e com municípios de porte e perfil semelhantes, premiando melhora em vez de posição absoluta. Sem essa cláusula, a proposta vira concentração de recurso onde já existe capacidade instalada.

9.3 PRONTUÁRIO ELETRÔNICO ÚNICO ESTADUAL

Hoje o paciente carrega exame em pasta e repete o mesmo exame três vezes porque o hospital não enxerga o que a UBS pediu. Isso é desperdício puro, e do pior tipo, porque também é sofrimento.

Proposta 9.2 Prontuário Único Estadual. Integração de unidades básicas, hospitais, ambulatorios de especialidade, SAMU e regulação, com padrão de interoperabilidade nacional, acesso do próprio paciente ao seu prontuário e governança rígida de dados sensíveis em conformidade com a LGPD.

Ganho esperado. Redução de exame duplicado, redução de tempo de diagnóstico, melhor regulação de leito e, decisivo para este plano, dados que permitem medir o sistema pela primeira vez. A ordem de implantação importa. Regulação e fila primeiro, atenção primária depois, hospitalar por último. Começar pelo hospitalar é o erro clássico que faz esse tipo de projeto fracassar em toda parte.

9.4 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO GANHO DE PRODUTIVIDADE

Com população envelhecendo e orçamento rígido, produtividade clínica deixa de ser tema de gestão e vira condição de atendimento. El Salvador implantou o DoctorSV, sistema de apoio por inteligência artificial que auxilia profissionais em triagem e conduta na rede pública. O modelo é adaptável ao Rio Grande do Sul, com uma condição inegociável. A ferramenta apoia o profissional e nunca o substitui.

Proposta 9.3 IA de apoio à triagem e ao diagnóstico. Implantação por etapas, começando por triagem em pronto atendimento e apoio à regulação de fila, com validação clínica prévia, auditoria de desempenho publicada, responsabilidade médica preservada e proibição expressa de uso da ferramenta para negar procedimento.

Proposta 9.4 Capacidade computacional pública. Uso da contrapartida negociada com projetos de infraestrutura digital, prevista no capítulo 7, para hospedar aplicações de saúde pública estadual sem depender de contrato de nuvem estrangeira a custo cheio.

9.5 PREVENÇÃO ONDE ELA É MAIS BARATA

Proposta 9.5 Saúde mental nas escolas estaduais. Programa de identificação precoce de sinais de ansiedade e depressão entre adolescentes, com formação de professores e orientadores, protocolo claro de encaminhamento à rede de atenção e acompanhamento do caso. Sem fluxo de encaminhamento definido, identificar sofrimento e não ter para onde encaminhar produz frustração e desconfiança.

Proposta 9.6 Espaços públicos para atividade física. Ampliação de academias ao ar livre, áreas de calistenia, quadras e pistas em municípios e bairros com menor oferta, com critério de priorização por indicador de acesso e não por pedido político. Emenda parlamentar dirigida a esse fim tem custo baixo por beneficiário e efeito direto sobre doença crônica.

Proposta 9.7 Emendas para o gargalo real. Destinação de emendas a equipamento e estrutura das especialidades com maior fila regional, identificadas pelo painel de regulação, em vez de distribuição pulverizada por município.

10 SEGURANÇA PÚBLICA

10.1 O QUE JÁ MELHOROU E O QUE NÃO

O Rio Grande do Sul reduziu homicídios de forma expressiva em relação aos picos da década passada. Isso precisa ser dito, porque política pública que funciona merece ser reconhecida e continuada, e porque entender o que funcionou importa mais do que comemorar.

O que não melhorou na mesma proporção. Crime patrimonial, roubo de veículo e de carga, presença de facções em bairros periféricos da região metropolitana e das cidades médias, e o fluxo de droga e arma pela fronteira seca.

10.2 FRONTEIRA, O PROBLEMA ESTADUAL QUE NINGUÉM TRATA COMO ESTADUAL

Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento, Aceguá, Jaguarão, Chuí. Centenas de quilômetros de fronteira seca, com cidades gêmeas onde a linha divisória é uma rua. O que entra por ali não fica ali. Abastece o varejo de droga de Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Viamão, Pelotas e Caxias. Tratar segurança de fronteira como assunto dos municípios de fronteira, e criminalidade urbana como assunto da capital, é erro de leitura que custa caro há décadas.

Proposta 10.1 Programa integrado de fronteira. Articulação entre Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal, Exército e forças uruguaias e argentinas, com foco em inteligência, tecnologia de monitoramento de rota e rastreamento financeiro. Barreira física é a resposta mais cara e menos eficaz, e por isso não pode ser a principal.

Proposta 10.2 Videomonitoramento e leitura de placa nas rotas de fronteira. Integração dos corredores da BR-290, BR-472, BR-116 Sul e BR-293 ao sistema estadual.

10.3 INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DE DADOS

Proposta 10.3 Expansão do RS Atento. Ampliação para mais municípios, integrando câmeras públicas e privadas, leitura de placas e sistemas municipais numa base estadual única com protocolo de acesso auditável.

Proposta 10.4 Análise preditiva de padrão criminal. Identificação de concentração espacial e temporal de ocorrência para alocação de patrulhamento, com um limite explícito. Predição sobre local e horário, jamais sobre pessoa. Policiamento preditivo individual é caminho comprovado para reforço de viés racial e territorial, e este plano rejeita esse desenho.

Proposta 10.5 Integração das bases das forças de segurança. Eliminação da situação em que Brigada Militar, Polícia Civil, IGP e sistema prisional operam sistemas que não conversam. Tempo de troca de informação é tempo de investigação perdido.

10.4 META PÚBLICA E RECURSO DIRIGIDO A RESULTADO

Proposta 10.6 Metas regionais publicadas. Três indicadores acompanhados por região integrada de segurança, com publicação trimestral. Taxa de crime violento, taxa de elucidação de homicídio e tempo médio de resposta.

Proposta 10.7 Alocação conforme necessidade e resultado. Priorização das regiões com maior criminalidade e reforço do que demonstra efeito medido, com revisão anual da distribuição.

Proposta 10.8 Compromisso de emendas. Ser o deputado que mais destina emendas à segurança pública no estado, com foco em viatura, equipamento de proteção individual, tecnologia de investigação e estrutura de perícia. O IGP é o gargalo silencioso da elucidação criminal gaúcha e recebe menos atenção política do que qualquer outro órgão do sistema.

10.5 PREVENÇÃO ONDE ELA É MAIS BARATA

Nenhum programa de segurança sustenta resultado apenas com repressão. O jovem de 15 anos recrutado por facção em bairro periférico de Alvorada ou de Rio Grande é uma falha que começou anos antes, em escola vazia à tarde e ausência de qualquer oferta concorrente.

Proposta 10.9 Turno integral e atividade extraescolar em territórios vulneráveis. Esporte, cultura e formação técnica inicial em contraturno, medindo evasão escolar e envolvimento com o sistema socioeducativo como indicadores de resultado, em vez de número de vagas ofertadas.

11 JUVENTUDE

11.1 POR QUE ESTE CAPÍTULO EXISTE

Zero deputados abaixo de 34 anos na Assembleia. Faixa etária modal de quem deixa o estado entre 25 e 34 anos (IBGE, 2022). Não é coincidência. É causa e efeito rodando em círculo.

O jovem gaúcho de 25 anos faz uma conta concreta antes de decidir ficar ou sair. Consigo emprego que pague meu padrão de qualificação. Consigo comprar ou financiar um imóvel. Consigo abrir um negócio sem quebrar na burocracia. A resposta que ele encontra hoje, com frequência, é não, e a resposta que Santa Catarina oferece é melhor.

Tudo o que vem antes neste plano é, no fundo, política de juventude, porque competitividade, agroindustrialização, logística e tecnologia são o que cria a vaga que ele quer. Este capítulo trata do que falta além disso.

11.2 PRIMEIRA CASA RS

O jovem com emprego formal frequentemente consegue pagar a prestação e não consegue juntar a entrada. O gargalo real do primeiro imóvel está no valor de entrada exigido.

Proposta 11.1 Subsídio estadual à entrada do primeiro imóvel. Benefício para jovens com emprego formal, integrado ao financiamento federal e aos programas habitacionais existentes, com faixa de renda definida, teto de valor do imóvel, exigência de contrapartida de poupança prévia e cláusula de permanência.

Desenho fiscal. Subsídio à entrada é mais eficiente por real gasto do que subsídio de juro, porque destrava a operação uma única vez em vez de comprometer receita futura por trinta anos. Fonte em fundo estadual específico, alimentado por percentual de recuperação de crédito tributário e por recursos liberados na revisão de programas pela LGGR.

Salvaguarda contra efeito preço. Subsídio à demanda sem oferta correspondente sobe preço. Por isso a proposta anda junto com desburocratização da aprovação de loteamento e de habitação de interesse social no âmbito estadual, e com prioridade a municípios com estoque disponível.

11.3 MOBILIDADE PARA ESTUDAR E TRABALHAR

Proposta 11.2 CNH Social vinculada a empregabilidade. Manutenção e ampliação do programa, medindo quantos beneficiários obtêm emprego após a habilitação e priorizando ocupações em que a CNH é requisito explícito de contratação na região.

Proposta 11.3 Transporte estudantil ampliado. Cobertura para estágio, curso técnico e primeiro emprego. Em município pequeno, o custo de deslocamento até a cidade-polo é a barreira principal ao curso técnico, acima da mensalidade, que muitas vezes nem existe.

11.4 CONECTA JOVEM RS

Proposta 11.4 Plataforma estadual única de oportunidades. Reunião de estágio, aprendizagem, curso técnico gratuito, bolsa, intercâmbio, trainee e primeiro emprego, organizada por região e por área, com dado aberto e integração com instituições de ensino e empresas.

Proposta 11.5 Programa de desafios e bolsas. Financiamento de projetos desenvolvidos por estudantes em tecnologia, agro, indústria e inovação, a partir de problema real proposto por empresa, cooperativa ou órgão público da região, com premiação e possibilidade de continuidade como empresa.

Proposta 11.6 Empreendedorismo jovem sem armadilha. Orientação sobre MEI, Simples Nacional, obrigações acessórias e crédito, integrada ao ensino médio e técnico. Muito jovem abre empresa e quebra por desconhecimento tributário e contábil, e não por falha de produto.

11.5 A REPRESENTAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Proposta 11.7 Frente parlamentar permanente da juventude na ALRS. Pauta própria, audiências regionais e acompanhamento dos indicadores de migração jovem, empregabilidade e primeiro imóvel.

Proposta 11.8 Relatório Anual da Juventude Gaúcha. Dados de migração por faixa etária, emprego, renda, acesso a moradia, saúde mental e educação, publicados, discutidos em plenário e usados como base para o orçamento seguinte.

O que não se mede não entra no orçamento, e o que não entra no orçamento não existe como política. Essa frase resume por que um relatório anual, que parece burocracia inofensiva, é um dos instrumentos mais eficazes deste plano.

12 PREVENÇÃO DE ENCHENTES E GESTÃO DE RISCO CLIMÁTICO

12.1 A LIÇÃO DE MAIO DE 2024

A cheia de maio de 2024 atingiu a maior parte dos municípios gaúchos, afetou milhões de pessoas e matou mais de 180 (Defesa Civil-RS, 2024). Foi precedida, oito meses antes, pela enchente de setembro de 2023 no Vale do Taquari, que já havia destruído boa parte de Muçum e Roca Sales.

A leitura mais confortável chama aquilo de evento extremo sem precedentes. É parcialmente verdadeira e integralmente insuficiente, porque o que agravou o desastre foi mais do que o volume de chuva. Três falhas se

somaram.

Manutenção. O sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre, com dezenas de quilômetros de diques, comportas e casas de bombas, foi projetado depois de 1941 e funcionou por décadas. Em 2024, parte dele não operou. Comporta que não fecha e bomba que não liga são falha de gestão de ativo. Alguém deveria ser responsável por testar aquilo todo ano, e o sistema institucional nunca deixou claro quem.

Alerta. Havia dado hidrológico e havia previsão. Faltou protocolo automático ligando nível medido a ação obrigatória de evacuação, com responsabilidade definida e sem depender de decisão discricionária tomada às três da manhã.

Ocupação. Décadas de ocupação de várzea e área de risco, licenciada ou tolerada, colocaram gente e planta industrial onde o rio historicamente passa.

A implicação para este plano é direta. Prevenção de cheia no Rio Grande do Sul é, ao mesmo tempo, política de proteção à vida e política industrial. Nenhuma empresa investe em Lajeado, Estrela, Encantado ou Eldorado do Sul sem saber se a estrutura de proteção funciona.

12.2 GESTÃO DE ATIVO DE PROTEÇÃO

Proposta 12.1 Cadastro Estadual de Estruturas de Proteção contra Cheias. Inventário público de todo dique, comporta, casa de bomba, barragem e estrutura de contenção do estado, com responsável nominal pela manutenção, data da última inspeção, laudo técnico e classificação de risco, publicado e atualizado.

Proposta 12.2 Inspeção obrigatória anual com laudo público. Realizada antes do período de maior risco, com teste efetivo de operação. Bomba precisa ser ligada. Comporta precisa ser fechada. Vistoria visual não conta, e o resultado precisa ser publicado.

Proposta 12.3 Responsabilização. Estrutura crítica sem inspeção no prazo gera notificação formal, comunicação ao Ministério Público e registro no ranking da LGRG. A ausência de consequência é o que produziu a negligência acumulada.

Proposta 12.4 Fundo de manutenção com fonte estável. Obra de contenção tem financiamento em ano de desastre e nenhum em ano normal. Manutenção precisa de dotação permanente, protegida de contingenciamento, porque seu valor aparece justamente quando nada acontece.

12.3 SISTEMA ESTADUAL DE ALERTA

Proposta 12.5 Rede integrada de sensores, radares e estações. Cobertura das bacias do Taquari-Antas, Cai, Sinos, Jacuí, Gravataí, Pardo, Uruguai e Camaquã, com dado aberto e em tempo real.

Proposta 12.6 Protocolo automático por nível de risco. Cada estrutura e cada trecho urbano de risco recebe cota definida em lei ou norma. Atingida a cota, dispara-se ação predeterminada, com sirene, notificação em massa, acionamento da Defesa Civil municipal e interdição de via, sem depender de deliberação. Em cheia de rio de vale estreito, o tempo entre alerta e chegada da água pode ser menor que duas horas.

Proposta 12.7 Sirenes e comunicação redundante. Instalação nos municípios de maior risco do Vale do Taquari, Cai, Sinos e Uruguai, com teste mensal público. Sistema de alerta que nunca é testado não é sistema de alerta.

Proposta 12.8 Mapeamento de risco com efeito urbanístico. Mapas de área inundável atualizados após 2024 e integrados aos planos diretores municipais, com apoio técnico estadual aos municípios pequenos, que não têm corpo técnico para fazê-lo sozinhos.

12.4 OBRA, COM CRONOGRAMA COBRADO

Proposta 12.9 Painel público de obras de contenção. Por município, com valor contratado, prazo, execução física medida e responsável, atualizado mensalmente.

Proposta 12.10 Acompanhamento parlamentar mensal. Relatório publicado pelo mandato sobre as obras do conjunto de reconstrução e prevenção, com representação ao TCE-RS em caso de atraso injustificado.

Proposta 12.11 Soluções de bacia. Contenção estrutural é necessária e insuficiente. Reservação a montante, recuperação de mata ciliar, manejo de solo agrícola para aumentar infiltração e barragens de amortecimento reduzem o pico da cheia antes que ele chegue à cidade. Custa menos e leva mais tempo, motivo pelo qual costuma ser abandonado no meio do caminho.

Proposta 12.12 Integração com a hidrovia. Dragagem, controle de assoreamento e navegabilidade afetam diretamente a capacidade de escoamento do rio. Planejar hidrovia e controle de cheia em separado é pagar duas vezes pela mesma engenharia.

12.5 ESTIAGEM, O DESASTRE QUE NÃO VIRA MANCHETE

Entre 2004 e 2022 o Rio Grande do Sul enfrentou repetidas estiagens severas, com perdas agrícolas bilionárias e queda mensurável do PIB estadual nos anos afetados. Enchente destrói em três dias e domina o noticiário. Estiagem destrói em três meses e não gera imagem, então não gera política.

As propostas de irrigação e reservação do capítulo 6 pertencem, para efeito de gestão de risco, ao mesmo eixo deste capítulo. Reduzir a variância climática do PIB gaúcho é condição para planejar orçamento e para atrair investimento de longo prazo.

13 CULTURA, TURISMO E IDENTIDADE COMO ECONOMIA

13.1 A TESE

Cultura gaúcha costuma ser tratada como pauta afetiva. Este plano a trata como ativo econômico com propriedade intelectual associada. O Rio Grande do Sul tem marca identitária mais forte e mais reconhecível que a de quase qualquer outro estado brasileiro, e isso é ativo de mercado. Vinho, espumante, queijo, erva-mate, café da colônia, carne de pastagem natural, música, dança e tradição. Cada um desses é produto com potencial de prêmio de preço se tiver origem certificada e história contada.

O erro histórico foi vender identidade de graça e produto sem identidade.

13.2 DENOMINAÇÃO DE ORIGEM E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Proposta 13.1 Programa Estadual de Indicações Geográficas. Apoio técnico e financeiro à obtenção e à manutenção de indicações geográficas e denominações de origem para produtos gaúchos, entre eles vinhos e espumantes da Serra, queijos artesanais, erva-mate, arroz, carne do Pampa, maçã, café e azeite.

Indicação geográfica é o instrumento jurídico que transforma característica regional em barreira de entrada legítima e prêmio de preço. Países europeus construíram cadeias bilionárias com isso. O Brasil usa pouco, e o Rio Grande do Sul, que tem mais matéria-prima cultural e agrícola para isso do que qualquer outro estado, usa menos do que poderia.

Proposta 13.2 Fiscalização e defesa das denominações existentes. Atuação contra uso indevido fora do estado e no exterior, com apoio jurídico articulado entre Estado, entidades setoriais e INPI.

13.3 ROTAS E TURISMO ESTRUTURADO

Proposta 13.3 Rotas culturais e turísticas integradas. Sinalização, transporte, hospedagem, gastronomia e calendário coordenado em cinco rotas prioritárias.

Rota das Missões. São Miguel, Santo Ângelo, São João Batista, São Lourenço e São Nicolau, com integração aos sítios argentinos e paraguaios.

Rota do Pampa. Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Alegrete, com pecuária, gastronomia campeira, natureza e fronteira.

Rota da Serra e do Vinho. Bento, Garibaldi, Farroupilha, Monte Belo e Caxias, integrada ao eixo Gramado e Canela.

Rota da Imigração. Vale do Taquari, Vale do Caí, Sinos e Colônias, com gastronomia e patrimônio arquitetônico alemão e italiano.

Rota do Litoral e das Águas. Torres, Litoral Norte, Lagoa dos Patos, Taim e São José do Norte.

Proposta 13.4 Turismo fora da temporada. O gargalo do turismo gaúcho é sazonalidade. Eventos de inverno, turismo de negócios, gastronomia e enoturismo distribuem receita ao longo do ano e sustentam emprego permanente.

13.4 CULTURA COMO SOFT POWER E POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Proposta 13.5 Circulação da cultura gaúcha fora do estado. Apoio a música, dança, gastronomia, artesanato e literatura em outros estados e no exterior. Cada apresentação bem-feita fora do estado é publicidade de produto e de destino.

Proposta 13.6 CTGs, festivais e juventude. Os Centros de Tradições Gaúchas formam a maior rede associativa cultural do estado e envelhecem junto com a população. Apoio condicionado a programação voltada ao público jovem, oficinas e integração com escolas. Tradição praticada só por quem passou dos cinquenta tem prazo de validade, e preservar exige renovar.

Proposta 13.7 Economia criativa. Audiovisual, games, música e design são setores de alto valor por trabalhador e alta retenção de jovem qualificado. Edital estadual com contrapartida de formação e permanência no estado.

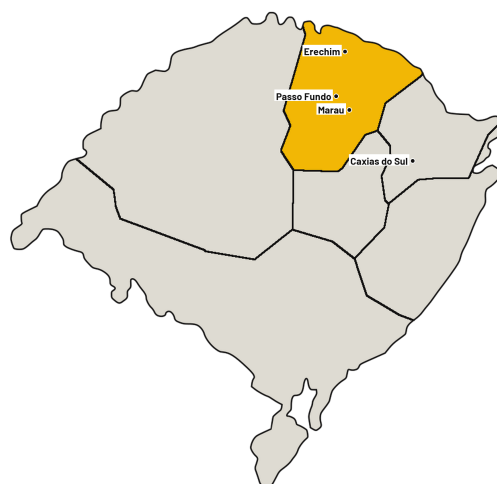
Proposta 13.8 Turismo como política de repovoamento. Municípios pequenos com patrimônio, natureza ou gastronomia retêm e atraem moradores quando o turismo gera renda permanente. Em regiões com esvaziamento demográfico severo, essa é a política de desenvolvimento mais realista disponível.

PARTE IV

PLANOS REGIONAIS

O que muda em cada região. Cada plano segue a mesma estrutura. O que a região é, o que a trava, o que o mandato faz e como se mede. As metas são compromissos de atuação parlamentar, com protocolo, articulação, emenda e fiscalização, e não promessa de execução direta, que cabe ao Executivo.

14 PLANALTO MÉDIO E NORTE, COM PASSO FUNDO COMO POLO



PLANALTO MÉDIO E NORTE

14.1 RETRATO

Passo Fundo é a capital econômica do Norte gaúcho. Concentra saúde de alta complexidade para dezenas de municípios, ensino superior com a UPF, pesquisa agrícola com a Embrapa Trigo, um parque tecnológico em consolidação no UPF Parque e uma das maiores plantas de biodiesel e esmagamento do país. No entorno, Marau com proteína animal em escala nacional, Carazinho com metalmecânica e logística, Não-Me-Toque com a Stara e a Expodireto, Sarandi, Tapejara, Getúlio Vargas e Soledade compondo um arco de indústria de médio porte, e Erechim como segundo polo regional com esmagamento, biodiesel e cooperativas fortes.

14.2 O QUE TRAVA

- 01 Escoamento rodoviário congestionado no eixo BR-285, BR-386 e ERS-324.
- 02 Ausência de ferrovia operacional para grão e insumo.
- 03 Moagem de trigo aquém do potencial produtivo e do ativo de pesquisa disponível.
- 04 Falta de operador industrial qualificado. A região forma agrônomo e técnico agrícola e precisa também de eletromecânico, instrumentista e operador de processo.
- 05 Capacidade elétrica limitada fora dos perímetros já servidos.

14.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Protocolar e defender a criação da ZDE Passo Fundo, Carazinho e Marau, com licenciamento de prazo fixo e infraestrutura prévia.

Levar ao Grupo de Trabalho Ferroviário a modelagem do ramal Roca Sales a Passo Fundo como prioridade número um da carteira ferroviária estadual, com terminal de transbordo em Passo Fundo.

Emendar o orçamento estadual para conservação e melhoria da ERS-324 e dos acessos regionais de escoamento.

Articular com DNIT, Ministério dos Transportes e bancada federal a priorização da BR-285 e dos trechos críticos da BR-386.

Propor o Programa Estadual do Trigo, com incentivo condicionado à moagem e à panificação industrial dentro do estado, integrado à pesquisa da Embrapa Trigo e às cooperativas regionais.

Cobrar da distribuidora e da ANEEL o plano de reforço da rede elétrica para os distritos industriais do Planalto, com audiência pública em Passo Fundo.

Aplicar o Mapa de Demanda por Qualificação na região e reorientar a oferta de cursos técnicos estaduais para manutenção industrial, automação, instrumentação, logística e processamento de alimentos.

Articular UPF, IFSul, IFRS, Embrapa Trigo e empresas âncoras em programa de estágio e formação técnica com contratação prioritária.

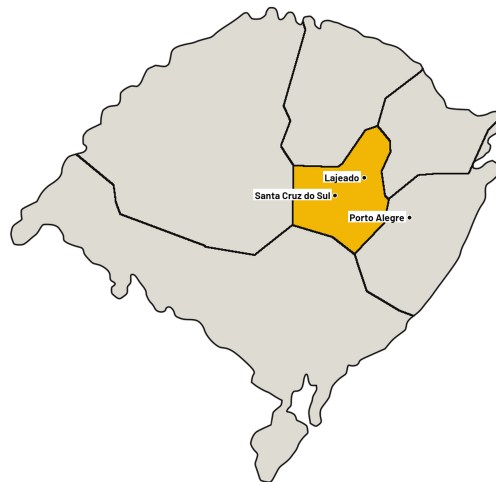
Defender financiamento compatível com a população efetivamente atendida pelos hospitais de referência de Passo Fundo, reconhecendo a função regional, e destinar emendas para equipamento das especialidades com maior fila.

Apoiar o adensamento do UPF Parque e da rede TecnoAgro, com foco em sensoriamento, maquinário, bioinsumo e gestão de dados agrônômicos.

14.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
Modelagem financeira do ramal Roca Sales a Passo Fundo concluída e publicada	Documento público do GT Ferroviário
ZDE do Planalto criada em lei e com primeiro empreendimento licenciado	Lei estadual e licença emitida
Capacidade de moagem de trigo instalada no RS ampliada	Dado setorial publicado
70% das vagas de curso técnico da região alinhadas a ocupação deficitária	Painel de empregabilidade
Índice de custo logístico do corredor do Planalto em queda anual	IGCL publicado

15 VALE DO TAQUARI, O CLUSTER DE ALIMENTOS



VALE DO TAQUARI

15.1 RETRATO

Lajeado, Estrela, Encantado, Teutônia, Arroio do Meio, Roca Sales, Cruzeiro do Sul, Colinas, Bom Retiro do Sul e Muçum. Numa área pequena, abate de aves e suínos em escala nacional, laticínios cooperativos consolidados, bebidas, panificação industrial, embalagem, e a Univates com o Tecnovates como núcleo real de inovação aplicada a alimentos. É o território com maior densidade de indústria de alimentos por quilômetro quadrado do Sul do Brasil, e o mais exposto a cheia.

15.2 O QUE TRAVA

- 01 Risco hídrico não resolvido, que trava decisão de investimento novo.
- 02 Dependência da BR-386 e ausência de conexão ferroviária e hidroviária operante.
- 03 Falta de mão de obra em manutenção industrial, refrigeração e qualidade e segurança de alimentos.
- 04 Concentração em poucos compradores e em produto de baixo valor agregado dentro da cadeia de proteína.

15.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Cobrar cronograma público, mês a mês, de cada obra de contenção e de cada estrutura de alerta prevista para a bacia Taquari-Antas.

Protocolar a exigência legal de inspeção anual com teste operacional das estruturas de proteção e de publicação de laudo.

Defender a instalação e o teste mensal de sirenes e sistema de notificação em massa em Muçum, Roca Sales, Encantado, Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Estrela e Lajeado.

Defender mapeamento de área inundável atualizado com apoio técnico estadual aos municípios pequenos.

Propor a ZDE Vale do Taquari voltada a alimentos, bebidas, embalagem e fornecedores da cadeia, com área fora de cota de inundação.

Articular Univates, Tecnovates e empresas para desenvolvimento de produto, embalagem, vida de prateleira e tecnologia de processo.

Defender incentivo proporcional ao valor agregado localmente, favorecendo produto processado sobre commodity.

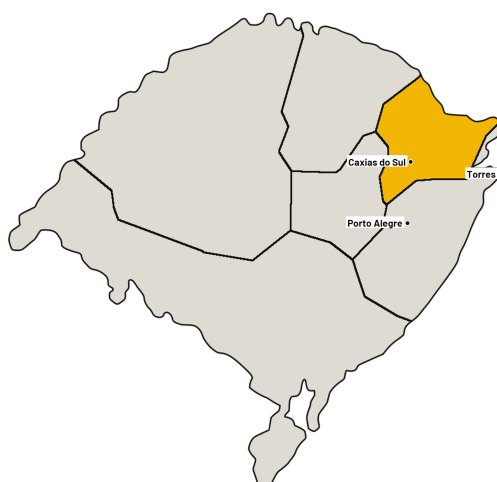
Apoiar cooperativas na verticalização de laticínios para queijos de valor, ingredientes e soro.

Defender o ramal ferroviário de Roca Sales como nó de conexão entre Planalto e região metropolitana, a retomada da navegabilidade do Taquari até Estrela com meta de tonelagem publicada, e prioridade aos trechos críticos da BR-386 no corredor do Vale.

15.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
100% das estruturas de proteção da bacia com laudo público anual	Cadastro estadual
Sistema de alerta com protocolo automático operante e testado mensalmente	Relatório da Defesa Civil
ZDE do Vale criada e ocupada	Lei e relatório de ocupação
Emprego industrial em alimentos na região acima do nível anterior a 2023	Dados de emprego formal

16 SERRA GAÚCHA



SERRA GAÚCHA

16.1 RETRATO

Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Veranópolis, Nova Prata, Vacaria, Gramado e Canela. Metalmeccânica de escala nacional, moveleiro de alto padrão, vitivinicultura responsável pela maior parte do vinho e do espumante brasileiro, fruticultura de clima temperado e o turismo mais rentável do Sul. Nos ativos institucionais, UCS, Embrapa Uva e Vinho em Bento Gonçalves, IFRS e uma cadeia de milhares de fornecedores metalmeccânicos.

16.2 O QUE TRAVA

- 01 Dependência do ciclo nacional de caminhão, ônibus e implemento. Quando o crédito trava, a região para.
- 02 Competição do vinho importado no segmento de entrada e escala insuficiente no premium.
- 03 Logística de acesso, com a BR-116 no trecho serrano e a conexão com o Litoral e com Santa Catarina.
- 04 Custo elevado de mão de obra e escassez de operador qualificado, com dependência crescente de trabalhador de fora do estado.
- 05 Sazonalidade e pressão sobre infraestrutura urbana nos municípios turísticos.

16.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Defender política estadual de diversificação industrial da Serra, com componentes para energia, eletrificação veicular, defesa e agroindústria, aproveitando a base metalmecânica existente sem depender apenas do ciclo rodoviário.

Priorizar as indicações geográficas e denominações de origem de vinhos, espumantes, queijos e frutas da Serra, com apoio técnico e defesa jurídica.

Apoiar enoturismo estruturado e a promoção internacional do espumante brasileiro, com missões comerciais e presença em feiras.

Levar produtores da Serra a feiras nacionais e internacionais, abrindo mercado para produto com identidade regional certificada.

Defender a ferrovia até Vacaria como conexão do altiplano ao eixo principal, integrada à produção de maçã e grão.

Articular com concessionárias e agências a melhoria dos acessos serranos e das rotas turísticas de maior fluxo.

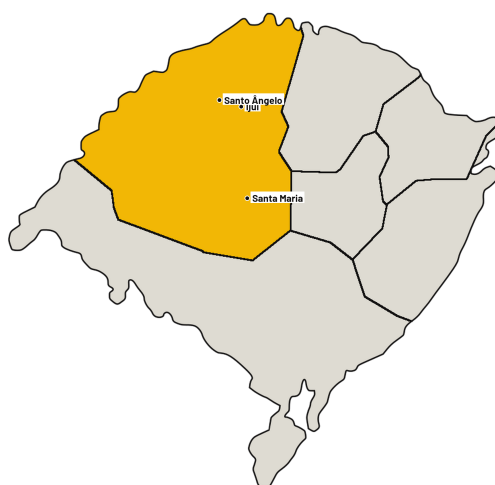
Reorientar cursos técnicos para metalmecânica avançada, mecatrônica, enologia, plásticos, moldes e hotelaria.

Cobrar planejamento de infraestrutura urbana em Gramado, Canela e Bento compatível com a população flutuante, em saúde, segurança e mobilidade na temporada alta.

16.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
Novas indicações geográficas obtidas para produtos da Serra	Registro no INPI
Exportação de vinho e espumante gaúcho em crescimento anual	Dados de comércio exterior
Estudo de viabilidade do ramal até Vacaria concluído	Documento público
Cursos técnicos alinhados às ocupações deficitárias da região	Painel de empregabilidade

17 NOROESTE, MISSÕES E REGIÃO CENTRAL



NOROESTE, MISSÕES E CENTRAL

17.1 RETRATO

Ijuí, Santa Rosa, Horizontina, Panambi, Três de Maio, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Três Passos, Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul. Máquinas agrícolas, grão, leite, cooperativas de grande porte e patrimônio cultural de valor internacional nas Missões. Santa Maria concentra a UFSM, uma das maiores universidades federais do país, forte presença militar e um ecossistema tecnológico em formação.

17.2 O QUE TRAVA

- 01 Ciclo único. Quando a safra quebra, a indústria de máquinas demite no ano seguinte.
- 02 Distância dos portos e logística inteiramente rodoviária.
- 03 Esvaziamento demográfico acelerado nos municípios menores do Noroeste e do Celeiro.
- 04 Patrimônio missioneiro com baixa conversão econômica.
- 05 Fuga de talento formado na UFSM para outros estados.

17.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Defender a reativação do corredor ferroviário Cruz Alta, Santa Maria, Cacequi e Rio Grande como prioridade nacional na articulação com o governo federal e a ANTT.

Propor programa de diversificação industrial do Noroeste, com componentes, energia, serviços industriais exportáveis e agroindústria de leite e proteína, reduzindo a dependência do ciclo de máquinas.

Apoiar a CCGL e as cooperativas de laticínio na verticalização para produtos de maior valor.

Estruturar a Rota das Missões com sinalização, hospedagem, gastronomia e integração internacional, tratando São Miguel como destino de pernoite.

Articular a UFSM, o parque tecnológico e as empresas de base tecnológica regionais em programa de retenção de talento, com compra pública para inovação como primeiro cliente.

Defender política específica para municípios em esvaziamento demográfico, com atração de atividade produtiva, telecomunicação, saúde regionalizada e apoio à sucessão familiar rural.

17.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
Corredor ferroviário do Noroeste com modelagem definida	Documento público
Rota das Missões com aumento da permanência média do turista	Dados de turismo estadual
Empresas de base tecnológica em Santa Maria com contrato público estadual	Registro de compras

18 METADE SUL E FRONTEIRA



METADE SUL E FRONTEIRA

18.1 RETRATO

Pelotas, Rio Grande, Bagé, Camaquã, Jaguarão, São Lourenço do Sul, Canguçu, Dom Pedrito, Candiota, Uruguiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Borja, Itaqui e Quaraí. Porto de águas profundas, arroz irrigado em escala nacional, pecuária extensiva no bioma Pampa, carvão e geração térmica em Candiota, três unidades da Embrapa entre Pelotas e Bagé, UFPel, FURG, UNIPAMPA, IFSul e o maior porto seco da América do Sul em Uruguiana. É a região com o maior descompasso do estado entre ativo disponível e renda gerada.

18.2 O QUE TRAVA

- 01 Estrutura industrial ociosa herdada do ciclo naval, sem reconversão.
- 02 Acesso terrestre ao Porto de Rio Grande abaixo do necessário.
- 03 Contencioso do arroz e pressão de importação sobre a margem do produtor.
- 04 Fronteira seca como rota consolidada de droga e arma.
- 05 Baixa densidade demográfica e evasão de jovens formados nas universidades federais da região.

18.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Propor a ZDE Rio Grande e São José do Norte, voltada a logística portuária, fertilizante, energia e processamento para exportação, aproveitando área e estrutura ociosa.

Defender o pacote de acessos ao porto, com acesso ferroviário funcional, acessos rodoviários e cronograma público de manutenção do canal.

Propor programa de agregação de valor ao arroz, com parboilizado, farinha, ingredientes sem glúten, óleo de farelo e aproveitamento energético da casca, com incentivo condicionado a processamento local.

Defender a hidrovia da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo com integração ao Uruguai.

Propor o programa integrado de fronteira em segurança, com inteligência, monitoramento de rota e cooperação internacional.

Apoiar a certificação da carne de pastagem natural do Pampa, com rastreabilidade e acesso a mercado premium.

Articular UFPel, FURG, UNIPAMPA, IFSul e Embrapa com o setor produtivo em programa de retenção de egressos.

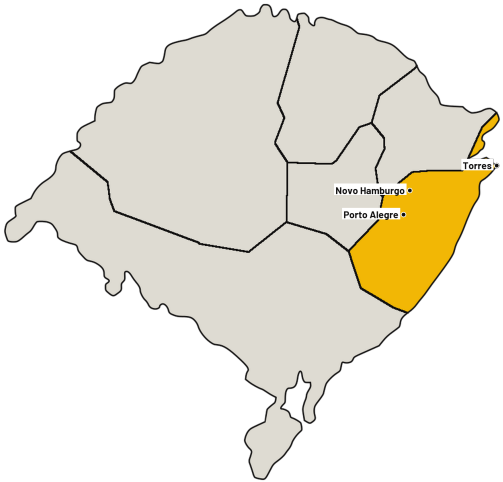
Defender decisão explícita sobre o futuro do complexo carbonífero de Candiota, com estudo público de alternativas entre transição energética, uso industrial e desativação planejada. A indefinição é o pior dos cenários para a economia local.

18.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
ZDE portuária criada e com empreendimentos instalados	Lei e relatório de ocupação
Acesso ferroviário ao Porto de Rio Grande em operação	Registro operacional
Percentual do arroz gaúcho processado no estado em crescimento	Dado setorial
Redução de ocorrências nas rotas monitoradas de fronteira	Estatística de segurança

19

REGIÃO METROPOLITANA, VALE DOS SINOS E LITORAL



METROPOLITANA, SINOS E LITORAL

19.1 RETRATO

Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia do Sul, Guaíba, Eldorado do Sul, Triunfo, Charqueadas, Montenegro, São Sebastião do Caí e o arco do Litoral Norte de Osório a Torres. Concentra serviços, tecnologia, petroquímica, refino, celulose, defesa, o maior conjunto universitário do estado e a base calçadista do Sinos. No Litoral, geração eólica e turismo sazonal.

19.2 O QUE TRAVA

- 01
- Desemprego estrutural e informalidade no Vale dos Sinos desde o êxodo calçadista.
- 02
- Sistema de proteção contra cheias que falhou em 2024 e precisa de gestão de ativo permanente.
- 03
- Criminalidade e presença de facções em bairros periféricos.
- 04
- Mobilidade metropolitana insuficiente, elevando o custo de acesso ao emprego.
- 05
- Vazamento de startups e talento sênior para outros centros.

19.3 O QUE ESTE MANDATO FAZ

Cobrar a gestão do sistema de proteção contra cheias da capital e da região, com cadastro, inspeção anual com teste operacional, laudo público, responsável nominal e dotação permanente de manutenção.

Propor reindustrialização do Sinos a partir da base existente de couro técnico, componentes, moldes, química e design, com ZDE e qualificação dirigida.

Propor a ZDE Eldorado do Sul, Guaíba e Triunfo para energia intensiva, química e infraestrutura digital.

Defender política de infraestrutura digital com contrapartida de encadeamento local e capacidade computacional para universidades e saúde pública.

Apoiar a política estadual de tecnologia para defesa, articulando a base instalada em Porto Alegre e São Leopoldo com Forças Armadas e universidades.

Priorizar emendas de segurança em municípios da região metropolitana com maior taxa de crime patrimonial e menor cobertura de videomonitoramento.

Defender turismo de baixa temporada e economia da energia eólica no Litoral, com formação técnica em manutenção de aerogeradores.

19.4 METAS ATÉ 2030

META	VERIFICAÇÃO
100% das estruturas de proteção da região metropolitana com laudo anual público	Cadastro estadual
Emprego industrial no Vale dos Sinos em crescimento sustentado	Emprego formal
Contrapartidas de encadeamento efetivadas em projetos de infraestrutura digital	Relatório de contrapartidas
Cobertura de videomonitoramento integrado ampliada	RS Atento

20 COMO COBRAR ESTE PLANO

Um plano de propostas só vale alguma coisa se for possível verificar, ano a ano, se ele está sendo cumprido. Por isso o mandato assume três compromissos de prestação de contas.

Relatório anual de mandato. Publicação, em janeiro de cada ano, da lista de projetos protocolados, emendas destinadas com valor e destino, requerimentos de fiscalização apresentados e resultado obtido em cada um, no formato do ranking da LGRG. Painéis públicos permanentes. Índice Gaúcho de Custo Logístico, painel de empregabilidade dos cursos técnicos, cadastro das estruturas de proteção contra cheias, painel de prazos de licenciamento e relatório da juventude gaúcha. Todos com dado aberto e série histórica. Agenda regional aberta. Presença periódica em cada macrorregião com prestação de contas do que foi prometido ali, incluindo o que não avançou e a razão.

O Rio Grande do Sul não parou por falta de diagnóstico. Parou por falta de decisão, e decisão custa capital político. Este plano existe para que essa conta seja pública desde o primeiro dia.

PARA TERMINAR

O FUTURO É GLORIOSO

Nada aqui depende de milagre. Depende de decisão tomada na hora certa, de lei bem escrita, de orçamento fiscalizado com nome e valor à vista e de gente disposta a cobrar todo ano. Se o Rio Grande voltar a ser barato de produzir e bom de viver, a minha geração para de fazer mala e começa a fazer empresa, casa e família aqui.

Carlos Iran, 14333. Candidato a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Ficar, voltar, construir.
carlosiran.org